



**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**  
**Ata da 48ª reunião, realizada em 30 de agosto de 2019**

1 Em 30 de agosto de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Minerárias (CMI), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os  
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Yuri Rafael  
5 de Oliveira Trovão, representante da SEMAD. Representantes do poder público:  
6 Maria Eugênia Monteiro, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
7 Econômico (Sede); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de Governo  
8 (Segov); Aline Fernandes Parreira, da Secretaria de Estado de Trabalho e  
9 Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de  
10 Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Claudinei Oliveira  
11 Cruz, da Agência Nacional de Mineração (ANM). Representantes da sociedade  
12 civil: João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Denise  
13 Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais  
14 (Sindiextra); Fabiana Aparecida Garcia, da Federação das Associações  
15 Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Lúcio  
16 Guerra Júnior, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias  
17 Hidrográficas (Fonasc); Adriana Alves Pereira Wilken, do Centro Federal de  
18 Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Newton Reis de Oliveira  
19 Luz, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos em**  
20 **pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino  
21 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão  
22 declarou aberta a 48ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **3)**  
23 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro  
24 Newton Reis de Oliveira Luz: “Eu distribuí para os conselheiros um balanço e  
25 convido os colegas das Suprams que estão nos assistindo. Esse mesmo  
26 material que estou distribuindo aqui está no site em meio magnético e pode ser  
27 também consultado. Basicamente, é um balanço do que nós do Conselho  
28 Regional de Engenharia fazemos, quais são as atividades. Talvez por  
29 desconhecimento de grande parte dos profissionais e da sociedade em geral,  
30 achamos que o Conselho tem que fazer isso, tem que fazer aquilo. Aqui mesmo  
31 dentro do plenário eu já fui criticado: ‘O que o Crea está fazendo?’ Isso na  
32 realidade é uma prestação de contas que nós fazemos internamente, e eu pedi  
33 permissão ao Yuri para compartilhar com vocês, de maneira que possam ter  
34 uma informação de como são usados os recursos que o Crea recolhe. Primeiro  
35 que nós não recebemos nenhum subsídio público, todos os recursos  
36 orçamentários que nós utilizamos são oriundos das atividades que executamos  
37 no Conselho. Então é muito mais uma oportunidade de dividir com a sociedade

38 – que está representada aqui – como é que nós utilizamos esses recursos. Eu  
 39 fico à disposição depois para quem quiser mais informação, para poder  
 40 esclarecer adicionalmente. Está encartado aqui também nesse material uma  
 41 campanha que está sendo feita para todos os Conselhos. Recentemente, foi  
 42 feita em Brasília, no Plenário da Câmara dos Deputados, uma reunião de todos  
 43 os conselhos em relação ao repúdio a essa PEC 108, que cancela praticamente  
 44 todos os conselhos. Nós do Crea temos capitaneado no nosso prédio reuniões  
 45 com 27 conselhos diferentes aqui de Minas e estivemos representados lá.  
 46 Diversos deputados participaram. Então estamos divulgando e pedindo apoio  
 47 também dos demais profissionais que representam outros conselhos, não são  
 48 os nossos de engenharia, que nos apoiem na luta contra a vigência dessa PEC  
 49 108.” Vânia Mara de Souza Sarmento/Assessoria dos Órgãos  
 50 Colegiados/SEMAD: “Nós encaminhamos um e-mail para os conselheiros do  
 51 COPAM. Estamos com o processo de eleição do Conselho aberto. No site da  
 52 SEMAD tem um banner do processo de eleição para o biênio 2020/2022. É bem  
 53 autoexplicativo. Tem o edital de convocação, com todas as regras do processo,  
 54 a publicação na ‘Imprensa Oficial’, o calendário de atividades. Foi publicado no  
 55 dia 13 de agosto, e encerra a inscrição no dia 13 de setembro. A regra é muito  
 56 clara no edital. Trouxe essa novidade, que o processo é todo on-line, com a  
 57 inserção no sistema de informações que temos hoje no Estado trazendo uma  
 58 transparência muito grande para esse processo. Nós esperamos que vocês  
 59 sejam divulgadores desse processo para que tenhamos realmente a sociedade  
 60 civil participando do processo. Estamos à disposição através do e-mail  
 61 eleicaocopam2019@meioambiente. mg.gov.br ou nos telefones que estão no  
 62 edital.” **4) EXAME DA ATA DA 47ª REUNIÃO DA CMI.** Aprovada por  
 63 unanimidade a ata da 47ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias,  
 64 realizada em 26 de julho de 2019. Votos favoráveis: Sedese, Codemig, Crea,  
 65 Ibram, Sindiextra, ANM, Federaminas, Fonasc, Segov e Sede. Entidade  
 66 suspensa: Ibama. Abstenção: Cefet. **5) RESPONSABILIDADE CIVIL**  
 67 **AMBIENTAL DE MARIANA E BRUMADINHO. Apresentação: Lyssandro**  
 68 **Norton Siqueira, procurador chefe da PPI/Advocacia Geral do Estado.**  
 69 Lyssandro Norton Siqueira, da Advocacia Geral do Estado (AGE), fez exposição  
 70 à Câmara sobre responsabilidade civil ambiental de Mariana e Brumadinho. O  
 71 conteúdo da apresentação foi disponibilizado no site da SEMAD.  
 72 **Manifestações.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu creio que os  
 73 senhores viram por que eu convidei o Dr. Lyssandro para fazer a palestra. Não  
 74 só pelo conhecimento jurídico, mas pela vivência – juntamente com o Dr.  
 75 Adriano aqui, o nosso procurador também – que ele teve na matéria. Ele não  
 76 falou, mas eu estou repetindo aqui palavras dos procuradores, do pessoal do  
 77 Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual: o Dr. Lyssandro foi  
 78 um verdadeiro elo para estar resolvendo essas questões. Ele conseguiu, de  
 79 forma muito didática, de forma muito competente, estar juntando todos esses  
 80 órgãos em prol do meio ambiente e do ressarcimento aos atingidos em relação

81 ao Estado. Agradeço muito ao Dr. Lyssandro e creio que talvez tenham  
82 perguntas dos senhores.” Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Muito  
83 obrigada pela sua palestra. Foi muito bom. Eu sou professora da engenharia  
84 ambiental do Cefet e leciono sobre avaliação de impacto ambiental, legislação  
85 ambiental e concordo que o Estudo de Impacto Ambiental tem que ser pedido  
86 para quem precisa. Isso eu falo aqui várias vezes. É uma ferramenta de gestão  
87 extremamente importante que, infelizmente, na prática, tecnicamente falando,  
88 não é usada como deveria ser. Tem muitas deficiências ainda que precisamos  
89 melhorar. E eu fiquei como uma dúvida, até uma dúvida minha, para o meu  
90 conhecimento, porque sabemos que, pela Lei de Crimes Ambientais, tem a  
91 multa administrativa e a multa penal, e você comentou que a multa  
92 administrativa foi paga pela Vale, no caso de Brumadinho. Eu queria saber  
93 como esse recurso é usado. Ele é usado na área ambiental? Como a legislação  
94 fala sobre isso? Vai para o fundo do governo e é usado em diversos temas ou  
95 realmente reverte para a área ambiental? A multa administrativa. Porque eu sei  
96 que a multa penal parece que vai para o sistema penitenciário. Mas quanto à  
97 administrativa eu fico na dúvida.” Lyssandro Norton Siqueira/AGE: “Na verdade,  
98 a 9.605 faz apenas a remissão, mas os entes – municípios, Estados e União –  
99 têm a sua própria regulação das sanções administrativas, que podem culminar  
100 até com suspensão de atividades. Eu dei um exemplo da multa que foi aplicada  
101 pelo Estado em relação ao evento de Brumadinho. Esse recurso é vinculado,  
102 deve ser destinado às ações de reparação. Não ações de reparação do  
103 desastre, porque essa é uma responsabilidade do empreendedor. Ou seja, em  
104 outras ações ambientais e melhoria da qualidade ambiental. Falando com toda  
105 tranquilidade em relação a isso, é também um ponto que, internamente, União,  
106 Estados e municípios precisam aperfeiçoar. Nós já temos uma grande novidade,  
107 a Lei de Responsabilidade Fiscal, que tenta limitar as questões em relação a  
108 orçamento e utilização de recursos. E talvez o que possamos ter uma melhor  
109 separação desses recursos para que não ocorra nenhum risco de mudança de  
110 destinação. Ou seja, do ponto de vista formal, esse recurso tem essa  
111 destinação, mas, eventualmente, diante de outras emergências, pode ser até  
112 que não seja efetivamente usado. É um risco que se corre no sistema atual.”  
113 Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “A título de esclarecimento do que o senhor  
114 apresentou em relação talvez a algumas das medidas possíveis no  
115 licenciamento ambiental, em relação à segurança do empreendimento, na parte  
116 do seguro, da calção, talvez não resolveria tudo, mas seria uma prática a ser  
117 adotada. Porque eu acho que ainda não é. Um empreendedor menor que causa  
118 um dano ou tem algum problema no empreendimento e que vai largar a lavra ali  
119 e não tem essa condição de recuperar. Então não seria uma medida efetiva  
120 nesses casos também? E como isso seria feito, como está sendo tratado.”  
121 Lyssandro Norton Siqueira/AGE: “Eu sou defensor do seguro. O que eu tentei  
122 articular foi a ideia de que ele, por si só... Está sendo muito vendido em alguns  
123 projetos até no âmbito federal... ‘Alguma seguradora já topa fazer o seguro

124 ambiental'. Essa não é a solução para o problema. Nós temos que atacar a  
125 causa. Mas essa também é uma das soluções. Só que essa solução precisa vir  
126 acompanhada de um olhar muito técnico em relação a cada um dos  
127 empreendimentos. Porque se o empreendimento tem potencial de dano de R\$  
128 50 milhões eu não posso receber dele uma apólice de seguro de R\$ 5.000. O  
129 que você disse me chama atenção para um outro comentário, que, mesmo  
130 nesse desastre todo, tenhamos que falar que houve um golpe de sorte. Não por  
131 admiração às empresas, porque são empresas que tinham saúde econômica.  
132 Nós temos outros exemplos, como você mencionou, e o gráfico é inverso. Eu  
133 tenho o crescimento do dano subindo à medida que a atividade vai sendo  
134 executada, e tenho faturamento em determinado ponto descendo à medida que  
135 a atividade vai sendo executada. O final da linha é: empresa sem dinheiro e  
136 dano a ser reparado. E aí já não tenho condições nem de seguir atrás.  
137 Infelizmente, nós não conseguimos até hoje constrição de patrimônio dos sócios  
138 da Mundo Mineração. São sócios australianos. Tentativa de carta rogatória,  
139 Interpol, e o Estado acabou, no ano passado, de utilizar recursos para medidas  
140 de contenção de uma barragem de mineração de ouro, que não era tão grande,  
141 mas tinha um efeito catastrófico até na região de Rio Acima. Então eu concordo.  
142 Nós só precisamos estabelecer qual a melhor estratégia. E para isso é preciso  
143 evoluir muito ainda do ponto de vista da quantificação ambiental. Se eu tenho  
144 um plano de recuperação de área degradada, eu consigo calcular isso em obra  
145 de engenharia. Por outro lado, se tenho um dano ao meio ambiente natural, nós  
146 temos todos muito pudor em relação a isso. Quanto vale a árvore, quanto vale o  
147 ecossistema? Só que em algum momento isso vai ser precificado para bem ou  
148 para mal, para mais ou para menos. E aí eu acho que nós todos, a sociedade,  
149 temos que ter alguma coragem de antecipar esses valores. Para deixar claro:  
150 'Olha, vai custar isso'. Alguém vai quantificar, e provavelmente vai ser alguém  
151 menos qualificado do que vocês aqui. Com todo respeito ao Judiciário, mas  
152 provavelmente um juiz que, entre as várias ações ambientais, tem aquela ali na  
153 sua pauta também e às vezes pode ter um olhar muito mais desenvolvimentista.  
154 O outro pode ter um olhar muito mais ambientalista. Para isso é preciso que a  
155 gente trabalhe com alguma coragem. Sem querer fazer propaganda, na minha  
156 tese de doutorado eu enfrento essa questão. O livro se chama: 'Qual o valor do  
157 meio ambiente?' Nesse sentido de que nós possamos, antecipadamente, por  
158 norma, traçar parâmetros econômicos do meio ambiente natural para que sirva  
159 de base para uma futura exigência de caução. Eu acho até que a caução vai ser  
160 muito bem discutida, eu confio muito até na equipe que foi criada para  
161 regulamentar a Política Estadual de Barragem, especialmente quanto a esse  
162 tema." Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: "Como o Conselho Regional  
163 de Engenharia e Agronomia entra nessa conversa? Falando de garantias e  
164 cauções. Eu tenho batido muito forte aqui com relação à atribuição específica  
165 de quem faz esses estudos, a importância de ter profissionais habilitados, com  
166 conhecimento reconhecido para fazer esse serviço, principalmente os laudos. A

167 responsabilidade do Crea, no fundo, é defender a sociedade, a partir do  
168 momento em que nós exigimos, conforme a Lei 5.194, que os profissionais que  
169 vão executar essas tarefas sejam profissionais regularizados, evitando com isso  
170 a possibilidade de práticos e leigos estarem fazendo aquilo. Não  
171 necessariamente uma posição corporativa, mas simplesmente de cumprimento  
172 da lei, assegurando à sociedade que os profissionais que estão assinando como  
173 responsável técnico sejam profissionais capacitados e reconhecidos para isso.  
174 É apenas um comentário.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Eu tenho  
175 acompanhado licenciamento ambiental há mais ou menos dez anos, e vemos  
176 que o licenciamento vem, através do EIA e dos estudos, muitas vezes  
177 minimizando muitos dos impactos que poderiam ocorrer em um determinado  
178 empreendimento. Inclusive, agora estão criando um tal de impacto suposto. É  
179 uma coisa como se fosse da percepção da pessoa que realmente não estivesse  
180 acontecendo. Só para citar um ponto específico, e eu gostaria que o senhor só  
181 respondesse o que deveria ter ocorrido, o que deveria estar ocorrendo. Em uma  
182 audiência pública, por exemplo, foi perguntado pela sociedade civil que morava  
183 abaixo de uma barragem como iria ficar a água depois de implantada a  
184 barragem e começado a operar o empreendimento. O pessoal usava para tomar  
185 banho, para alimentar, para cozinhar, para lavar roupa, para tudo. A única água,  
186 de serventia maior, era a do córrego. E foi respondido que a água estaria em  
187 condições de ser usada pela população da mesma maneira que usava antes,  
188 mesmo depois da implantação da barragem. E isso, na prática, depois, não  
189 aconteceu. Inclusive, houve assoreamento, morte de peixes, coceiras na pele e  
190 tudo mais. Então nessa parte do licenciamento e no entendimento como um  
191 todo, como isso seria resolvido, como está para ser resolvido?” Lyssandro  
192 Norton Siqueira/AGE: “Não conhecendo o caso concreto, mas respondendo em  
193 tese, do ponto de vista até do sistema normativo. É uma falha que pode  
194 acontecer de avaliação e gera atuação. Ou seja, o modelo proposto pelo  
195 empreendimento foi o ‘modelo A’. Se esse modelo extrapola os limites,  
196 inclusive, do impacto... E no caso mencionado pelo senhor ele extrapolou a  
197 ponto de alterar, de uma forma não prevista, a qualidade das águas. Isso é  
198 objeto de autuação e, eventualmente, dependendo da magnitude do impacto,  
199 pode gerar até a suspensão daquela licença que foi concedida. Só  
200 compartilhando também uma opinião pessoal, sem querer interferir, de modo  
201 algum, nas atividades dos senhores aqui, a licença ambiental é um ato  
202 administrativo dinâmico. Ou seja, ela não é a carteira para dirigir, que também é  
203 uma licença administrativa, um ato administrativo, que por aquele prazo, se  
204 você cumprir todas as questões relativas às leis de trânsito, você tem. A licença  
205 ambiental, não. Até alterações ambientais climáticas estranhas. A sua carteira  
206 de habilitação você só perde se ficar avançando sinal todo dia. A licença  
207 ambiental – mesmo que fatores externos possam interferir nos efeitos sinérgicos  
208 dos impactos – pode ser suspensa ou até revogada. Dando um exemplo  
209 absurdo, teórico: se se descobre que aquelas partículas emitidas pelo

empreendedor são cancerígenas, mas nós descobrimos isso hoje. “Mas eu tenho mais dez anos de LO e vou completar a LO. Depois você me chama’. Não é por aí. É um caso de um empreendimento como esse. Dá origem a aplicação de sanção, mas também uma das sanções pode ser a suspensão da própria licença que autoriza a operação. Falando em tese, porque eu não conheço o caso.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Eu agradeço a explanação. Eu vou aproveitar e fazer o uso da fala – e me abster na hora certa –, inclusive porque ele lembrou aqui de um fato não específico a esse ocorrido em relação à água, mas durante a fase do licenciamento, que foi justamente essa percepção. E o exemplo foi mais ou menos dado exatamente em relação à carteira de motorista. É um entendimento que parece que os empreendedores têm do exemplo que foi dado. ‘Eu tenho habilitação para dirigir com os óculos, sou deficiente e preciso de dirigir. Mas eu vou seguindo meu caminho. Se lá na frente alguém me parar, e eu estiver porventura sem óculos, tudo bem. Mas me incomoda, eu não uso óculos, porque me causam alguma coisa. Então eu vou andando sem os óculos e corro o risco’. Foram palavras usadas, inclusive, por um advogado em uma defesa de um cumprimento de condicionante no empreendimento da Anglo American. Aproveitando isso tudo que foi falado e dando os parabéns para o senhor. No início do mês me veio um pensamento para fazer uma análise crítica disso tudo que tem acontecido, que estamos começando a tomar algumas medidas agora. Depois das tragédias é que acordamos e vemos o que precisa ser feito. Mas quando foi anunciado na televisão, mais uma vez, uma batida na casa do senhor ex-governador de Minas, o Pimentel, é sabido que houve, no período dele, um desmonte do licenciamento, que não começou com ele, mas com o Sr. Aécio Neves e veio propagando. E nós temos essa deficiência, inclusive, o sucateamento no sistema do licenciamento ambiental. E no caso específico, por exemplo, da Anglo American, todos os envolvidos com o crime. O Sr. Eike Batista, que foi o idealizador, o Sr. Aécio Neves, que era governador na época. Do outro lado da ponta, no porto Açu, o Sr. Sérgio Cabral. Então o que eu quero só chamar atenção aqui é o que realmente fica por trás dessas decisões, dos acordos – eu fico tentando imaginar – que acontecem para haver essas alterações na legislação. Para favorecer realmente quem? Eu acredito que não está sendo para essa segurança jurídica que eu acho que o empreendedor deveria correr atrás e o Estado, como defensor da população. Infelizmente, eu não vejo as coisas dessa maneira, e estão aí para se ver. É só fazer análise do licenciamento como era e das alterações que teve. Algumas positivas, mas, de maneira geral, muitas para favorecer o empreendedor e de maneira a facilitar esse empreendimento. Tomara que depois desses desastres e dessas coisas todas nós estejamos no início de um caminho de mudança, mas que essa mudança seja voltada para a pessoa, para o ser humano e não voltada para a decisão do capital, do que é mais barato, do que fica menos oneroso para o empreendedor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou fazer uma

253 última pergunta, Dr. Lyssandro, que é um tema recorrente aqui no Conselho. Os  
254 conselheiros já me questionaram isso, em relação até a demandas que vieram  
255 da Assembleia Legislativa, abertura de CPI para nos ouvir. Inclusive, eu já fui  
256 ouvido lá, não como testemunha, mas na oitiva. Em relação à responsabilidade  
257 dos servidores públicos e, notadamente, aqui em relação aos conselheiros, algo  
258 que sempre tratamos aqui. O artigo 11 da Resolução Conama 237 tem a  
259 seguinte previsão: ‘Os estudos necessários ao processo de licenciamento  
260 ambiental deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às  
261 expensas do empreendedor’. Como parágrafo único, ‘os empreendedores e  
262 profissionais que subscrevem esses estudos previstos no caput deste artigo  
263 serão responsáveis pelas informações prestadas, sujeitando-se a sanções  
264 administrativas cíveis e penais’. Eu queria que o senhor esclarecesse ou  
265 pudesse relatar algo em relação a esses procedimentos de que tem participado  
266 em relação a como estão sendo tratadas a figura do servidor público e a figura  
267 do Conselho nesse aspecto, se há alguma omissão dos servidores e do  
268 Conselho nessas ações.” Lyssandro Norton Siqueira/AGE: “Nos dois casos,  
269 tanto de Mariana quanto de Brumadinho, que foram desastres, eu posso falar  
270 pelos órgãos de Estado. Terminando a minha resposta pelo ponto mais  
271 impactante, que é do resultado: se houvesse alguma falha do serviço público,  
272 algum desvio, inevitavelmente, nós não estaríamos do mesmo lado das demais  
273 instituições, porque elas também teriam uma necessidade de responsabilização  
274 do poder público, como também internamente no Estado nós teríamos órgãos  
275 de controle, como a Controladoria Geral do Estado e a própria Advocacia Geral  
276 do Estado, que, identificando falhas, cometimento de ilícitos, nós temos também  
277 a responsabilidade de preservar o poder público propondo ações até contra  
278 eventuais gestores ou servidores. Mas é preciso esclarecer, e é muito  
279 importante isto: a responsabilidade a que eu me referi como objetiva é a  
280 responsabilidade civil. Do ponto de vista, por exemplo, da omissão, essa  
281 responsabilidade é subjetiva, é preciso demonstrar que houve ou dolo ou a  
282 figura da culpa, por exemplo, como a negligência de um servidor que não quis  
283 ler, não avaliou. Evidentemente, algumas questões ainda estão sendo tratadas  
284 na esfera penal, e eu, até para ter uma atuação autônoma na questão cível,  
285 procuro até nem saber muito como andam as questões do inquérito, isso não é  
286 papel da Advocacia Geral do Estado. No Estado, quem faz isso são a Polícia  
287 Civil e a Polícia Militar, no sentido da repressão. Mas se alguma informação ou  
288 laudo, seja o Estado, seja a ANM, foi levado com fraude, mesmo que é  
289 assinado por algum engenheiro, que naquele momento não fez jus ao grau que  
290 lhe é conferido, essa é uma questão pessoal, que deve ser tratada com a  
291 investigação da culpabilidade daquele. Eu acho que são duas situações. Se era  
292 impossível, por exemplo, ao órgão saber que estava errado aquele laudo,  
293 obviamente, que não tem responsabilidade. Mas se claramente era possível,  
294 quando foi apresentado o estudo, identificar, por exemplo, falando dos exemplos  
295 absurdos: o sujeito apresenta uma barragem a montante, um laudo de

segurança para uma barragem construída a jusante, a ANM tem essa obrigação. 'Meu amigo, pode voltar.' É desse tipo de situação. Agora, no exercício irregular das atividades, obviamente, o testemunho que eu dou, muito pelo contrário. Só há, do ponto de vista do Estado, elogios reiterados à atuação das forças públicas. Eu acho que você também, no primeiro, na abertura do evento de Araxá, um evento do Ministério Público e da magistratura, a grande homenagem do evento foi ao Poder Executivo Estadual pela atuação em campo da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Mas isso se estende também, obviamente, aos órgãos ambientais. E neste momento, até para que não se cometa uma injustiça, a todos os órgãos de Estado, mas também merece um grande destaque no caso de Brumadinho, que é a Secretaria de Saúde, que tem tido também uma atuação absurdamente dedicada, abnegada. Eu vou dar um pequeno exemplo aqui. É algo que me impactou muito, não no caso de Brumadinho, mas no episódio desses meses críticos de Barão de Cocais. Participamos de reuniões aos domingos, naquele período de maio, 'vai romper...' Houve uma grande demanda, especialmente por psicólogos do Estado, psiquiatras, na região. As pessoas estavam assim, 'como é que você faz?', 'é a minha cidade, eu tenho que sair', 'vai romper a barragem'. E os agentes públicos recebem lá uma diária. Como vários profissionais deslocados para Barão de Cocais, eles não tinham condição de arcar com oferta e procura, com diárias de hotel. Foi preciso que tivéssemos uma grande articulação para que o poluidor fizesse o pagamento, o poluidor custeasse até hospedagem e transporte para esses agentes que estavam lá, independentemente de qualquer custo, em campo para ajudar as pessoas. Respondendo à sua pergunta, nesses dois casos, eu não identifico nenhuma sequer menção a qualquer desvio de atuação dos órgãos de Estado."

Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: "Eu sou um dos mais novos aqui no Conselho, tenho só dois anos aqui, então, é só uma curiosidade. Nós nunca fomos confrontados como na CPI com relação às barragens. Eu mesmo não pude estar presente, por um problema de saúde, mas assisti na internet, anotei dúvidas e me coloquei à disposição. Eu mandei uma comunicação para a Assembleia. A minha curiosidade é a seguinte. Quando veio o parecer para nós, o parecer era pelo deferimento. Então nós decidimos com base no parecer. Nós não temos o nosso poder de julgamento para chegarmos às nossas conclusões. Tem algumas vezes, inclusive, em que o parecer é pelo indeferimento de uma revalidação, e nós votamos pelo deferimento, tendo em vista que entendemos que são critérios que ainda não estão estabelecidos. Até onde vai a nossa autonomia como conselheiros para votar? Ela esbarra sempre na legalidade, no limite da legalidade. Não é isso?" Lyssandro Norton Siqueira/AGE: "A figura do conselheiro, até mesmo porque é uma decisão compartilhada. Então é um grupo de pessoas que precisam de um suporte técnico para tomada de decisão, da mesma forma que os outros gestores precisam. Alguns anos atrás, o governador era o Anastasia, e houve um equívoco no decreto de um

339 georreferenciamento na criação de unidade de conservação, e esse equívoco  
340 era desastroso. Porque você cria uma unidade de conservação por um ato  
341 normativo, um decreto é capaz de criar, mas para trabalhar aquela poligonal,  
342 ainda que minimamente, você precisa de uma lei, com toda a tramitação do  
343 processo legislativo. Você só pode desafetar ou diminuir por lei, em sentido  
344 estrito. Eu fui o portador dessa notícia desagradável. ‘Nós vamos publicar outro  
345 decreto...’ ‘Outro decreto, não. Tem que ser um projeto de lei. Sinto muito,  
346 precisão constitucional.’ Eu não sei de onde surgiu a falha que, na hora de  
347 assinar um decreto de criar uma pequena unidade de conservação, eu tenha  
348 que pegar o engenheiro e ir a campo verificar as poligonais. Usando esse  
349 exemplo, não é possível que um conselheiro, a cada um dos processos, tenha  
350 que fazer inspeção em campo. Eu volto à questão. Nesse caso, é uma  
351 avaliação subjetiva no sentido da responsabilização. Nos casos de dolo – isso  
352 tem que ser demonstrado – ou culpa. Ou seja, ‘eu não estou nem lendo o  
353 parecer e votando de acordo com todo mundo aqui’, o que não é o caso aqui de  
354 um conselho técnico como este.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Este  
355 é um conselho técnico. O senhor vê alguma ilegalidade em nós conselheiros  
356 conversarmos com os empreendedores antes da Câmara?” Lyssandro Norton  
357 Siqueira/AGE: “De forma alguma. Nós vivemos em sociedade. Contrário disso,  
358 eu não teria nem oportunidade de tomar um café ali com os advogados das  
359 empresas que estão no polo passivo das ações que eu estou assinando como  
360 poder público. Nós não vamos chegar aos limites de trocar afagos por  
361 mensagem de Telegram, mas, de qualquer modo, conversar, vida em sociedade  
362 é assim, nós temos cada um seu limite e um respeito recíproco. Eu disse agora,  
363 há embates, há divergências, e as divergências têm que ser de ideias. Vocês  
364 aqui são as autoridades. O empreendedor pode não concordar, e é para isso  
365 que existe o recurso.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Só complementando  
366 essa parte. Uma coisa dentro disso que tem acontecido e, de certa forma, em  
367 todas as pautas, que teria apresentação do órgão ambiental. Quando eu era da  
368 URC de Diamantina, eu realmente via, antes de cada reunião, de cada  
369 empreendimento a ser debatido, que tinha apresentação da Supram. E isso  
370 parece que foi suprimido. Desde que estou aqui, eu nunca vi apresentação de  
371 Supram nenhuma. E da mesma maneira tenho visto isso que você falou,  
372 chamando os conselheiros para fazer reuniões com o empreendedor antes da  
373 reunião. Eu não estou querendo aqui falar que tem isso ou aquilo. Nunca  
374 participei nem sei o que é. Mas já vem uma coisa mais – para quem participa lá  
375 – tirada de dúvidas. Mas é uma coisa que realmente – nessa parte, inclusive, da  
376 apresentação aqui – que eu acho que incomoda não ter isso.” Presidente Yuri  
377 Rafael de Oliveira Trovão: “Só para esclarecer. Quando está na pauta  
378 apresentação da Supram é porque você tem em relação à pauta disponibilizada  
379 em reuniões ordinárias, dez dias antes – para extraordinária são cinco dias  
380 antes –, e é colocado o parecer da Supram em votação. Então nós entendemos  
381 que, com a disponibilização a tempo e modo, conforme a Deliberação Normativa

382 177, vocês tiveram acesso e leram. Aquelas dúvidas, por isso que abrimos  
383 destaque. Havendo destaque, nós fazemos apresentação. Isso não tem  
384 problema algum. É só questão mesmo de otimizar a nossa reunião.”  
385 Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Doutor Lyssandro, eu acho que a  
386 dúvida geral que os conselheiros têm, principalmente depois dessa questão da  
387 CPI da barragem, é se o conselheiro, pessoa física, pode responder  
388 criminalmente por votação dentro desta Câmara. Essa que é a dúvida que nós  
389 temos, se tem essa responsabilização penal.” Lyssandro Norton Siqueira/AGE:  
390 “Pode, desde que tenham agido com dolo ou culpa. Esse é a resposta. Não  
391 objetivamente pela tomada de decisão. Nesse caso, estamos falando de uma  
392 comissão parlamentar de investigação, que tem um viés político, obviamente,  
393 legítimo que se faça, pela repercussão. E mesmo a responsabilização do  
394 Estado por omissão, é bom que fique claro isso. Uma posição, infelizmente, do  
395 STJ em relação a responsabilidade do poder público por omissão. Por exemplo,  
396 aconteceu um dano, e aquele empreendimento era licenciado. Eu defendo,  
397 mesmo nesses casos, que a responsabilidade do poder público, nesse caso,  
398 por omissão, é subjetiva. É óbvio que é subjetiva, mas há vários julgados  
399 entendendo que ela é subjetiva como se o Estado fosse o garantidor de tudo.  
400 Eu tenho um exemplo de Cataguases, da indústria de papel. Para quem não se  
401 lembra, a barragem era de lixívia e se rompeu, e o rio Pomba foi assolado até  
402 chegar ao oceano Atlântico. Nesse caso houve, houve uma absurda sentença  
403 do juiz federal. Uma ação absurda e uma sentença absurda, que colocou no  
404 polo passivo servidores do Ibama. O foco foi muito no Ibama à época, que tinha  
405 feito as inspeções lá na barragem. Bloqueio de bens de servidores. E aí colocou  
406 no polo passivo o Estado e a União. E a sentença era uma sentença sem muita  
407 instrução probatória, mas assim: ‘todo mundo é responsável’. E aí no recurso,  
408 que foi só em janeiro, como era Justiça Federal do Rio, no Tribunal Regional  
409 Federal no Rio, eu fui representar o Estado no julgamento, e na minha  
410 sustentação oral perante os desembargadores federais eu deixei claro isto: ‘O  
411 que esta sentença faz é penalizar a sociedade duas vezes. Ela foi penalizada  
412 pelo dano, e agora que a Indústria Matarazzo de Papel já está falida é cobrar  
413 uma conta da mesma sociedade que já sofreu o dano. Isso é um absurdo.’ E aí  
414 tive até a grande satisfação de ver o tribunal mantendo a sentença, mas  
415 excluindo o Estado de Minas Gerais dessa condenação milionária a que estava  
416 sujeito. Isso entrava, inclusive, no limite orçamentário, era uma condenação de  
417 R\$ 150 milhões ao Estado pelo dano ambiental, que não tinha contribuído em  
418 nada para isso. Porque nenhuma conduta dolosa ou culposa de agente público  
419 tinha sido demonstrada naquele caso. Não dá para presumir a culpa do Estado.  
420 Tentando ilustrar isso para alguns alunos de graduação, eu brinco no seguinte  
421 sentido. Se o Yuri aqui na Supram pretender perfurar um poço artesiano no  
422 subsolo do prédio, escondido, porque ele quer melhorar o abastecimento de  
423 água ou porque não está tendo dinheiro para pagar a conta do imóvel da  
424 Supram, é impossível que a presidente do IGAM descubra isso. Ela não pode

425 ser, objetivamente, responsabilizada. Agora se o Elias verifica que isso está  
 426 acontecendo, faz uma denúncia à presidência do IGAM, e ela, ainda assim, não  
 427 toma qualquer providência, vai ser responsabilizada, mas culposamente, pela  
 428 sua negligência. É o mesmo dano, é a mesma perfuração clandestina, mas no  
 429 caso era possível agir. Então eu queria só transportar isso: era possível ao  
 430 conselheiro examinar, ter essa informação e ainda assim decidir contrariamente  
 431 ao parecer técnico? Não era possível, dentro dos limites como disse o Paulo  
 432 aqui. Eu tenho esses desafios também na atuação jurídica, seja construtiva,  
 433 seja contenciosa. Eu me respaldo, cegamente, no que recebo da turma aqui. Ou  
 434 seja, se eu tiver que ir a campo para cada constatação de dano, até a minha  
 435 profissão vai mudar, vou viajar muito, vou conhecer muitos lugares, mas seria  
 436 impossível trabalhar no contencioso ambiental. Eu queria só agradecer, mais  
 437 uma vez, a receptividade de vocês, o carinho com que sempre sou recebido  
 438 aqui, a Advocacia Geral do Estado. Eu só estou representando a Advocacia  
 439 Geral do Estado. As palavras do Yuri em relação a algumas menções, tanto da  
 440 magistratura do MP em Araxá, elas não são à minha pessoa, são à instituição.  
 441 Dentro do MP eu sou apenas um grão de areia. Tem uma equipe muito bacana,  
 442 que está inteiramente à disposição de todos vocês. E nós temos essa porta  
 443 aberta sempre. Nós somos servidores públicos, não há um pedido sequer de  
 444 reunião de atendimento que tenha sido recusado. Nós precisamos só organizar  
 445 a dinâmica das agendas, obviamente. Eu estou inteiramente à disposição de  
 446 vocês para recebê-los lá ou voltar aqui quando for preciso. Muito obrigado.”  
 447 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Muito obrigado ao Dr. Lyssandro. Eu  
 448 acho que foram muito profícuas as apresentações, nós tivemos a oportunidade  
 449 de estar com a pessoa que sabe do direito, que vivencia e vivenciou as ações  
 450 do Estado naquelas questões da barragem de Brumadinho. E fomos até um  
 451 pouco mais além, esclarecendo algumas dúvidas que são corriqueiras.” 6)  
 452 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE**  
 453 **OPERAÇÃO/AMPLIAÇÃO. 6.1) Vale S/A. Mina de Brucutu. Dique de**  
 454 **proteção de margens de cursos d’água. São Gonçalo do Rio Abaixo/MG.**  
 455 **PA 00022/1995/065/2014. Classe 5. Apresentação: Supram Leste Mineiro.**  
 456 **Retorno de vista: Fonasc, Ibram e Sindiextra.** Presidente Yuri Rafael de  
 457 Oliveira Trovão: “É um retorno de vista dos conselheiros do Fonasc, Ibram e  
 458 Sindiextra. Só lembrando que esse processo está há mais de uma pauta, não  
 459 havia retornado porque, antes de retornar à pauta, houve um pedido para que  
 460 fosse retirado, e somente agora está retornando.” Conselheiro Lúcio Guerra  
 461 Júnior: “E tem explicação por que foi pedido para ser retirado de pauta e só está  
 462 voltando hoje?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu tenho os ofícios  
 463 que foram feitos pela Vale e encaminhado à Secretaria solicitando, àquela  
 464 época, a retirada de pauta e, neste momento, solicitando o retorno. Se o senhor  
 465 quiser que leia. Mas vai estar aqui à disposição. E vou solicitar à Secretaria que  
 466 ambos ofícios sejam anexados ao processo.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior:  
 467 “O presente parecer de vista foi elaborado a partir do Parecer Único desse

468 processo e também pelos pareceres de vista anteriores do mesmo processo da  
469 Mina de Brucutu. Sobre o Parecer Único do Sisema, na página 2, fala que os  
470 estudos espeleológicos não haviam sido apresentados na época da Licença  
471 Prévia e de Instalação, apresentados e analisados, consequentemente. Então  
472 como foi possível, naquela época, se atestar uma viabilidade ambiental desse  
473 empreendimento sem esses devidos estudos espeleológicos que à época não  
474 estavam disponíveis? Na página 2 também, o processo administrativo dessa  
475 Licença de Operação foi formalizado em 30/5/2014 para ampliação do dique de  
476 contenção de sedimentos. Por que só agora, cinco anos depois do pedido de  
477 LO? Na Licença de Operação, entendemos que já está necessitando. E só  
478 agora depois de cinco anos que está voltando à pauta e, como nos parece aqui,  
479 com pedido do próprio empreendedor de retirada de pauta. Então é uma coisa  
480 que gostaríamos que fosse esclarecida. Nas páginas 4 e 5 também do Parecer  
481 Único, se diz que essa Mina de Brucutu sofreu expansão e otimização na usina  
482 de beneficiamento e que parte dela, inclusive a Licença de Operação  
483 022/1995/066/2014, ampliação da produção da unidade de tratamento de  
484 minério da Mina de Brucutu, ainda está em fase de análise. Então nós estamos  
485 percebendo aqui que o empreendimento está sendo fracionado, porque é uma  
486 expansão que está tendo agora do dique e tem outras estruturas que fazem  
487 parte do mesmo complexo que estão ainda para serem votadas a posteriori.  
488 Então dificulta e inviabiliza a análise ambiental do complexo minerário como um  
489 todo. Na página 7, fala que a área dique encontra-se na área de drenagem dos  
490 cursos de água que desaguam no rio Santa Bárbara, que é um dos principais  
491 formadores do rio Piracicaba e afluente do rio Doce. A coisa que já temos falado  
492 aqui, e mais uma vez voltando a repetir, que 'é com preocupação que vemos o  
493 licenciamento de mais uma estrutura sobre o afluente do rio Doce,  
494 principalmente depois da tragédia ocorrida pelo rompimento da barragem de  
495 rejeitos de Fundão, da Samarco, em Mariana. Salientamos que licenças dessa  
496 natureza deveriam requerer uma avaliação ambiental integrada de toda a bacia  
497 hidrográfica com potencial de ser atingida por um desastre em decorrência de  
498 possível rompimento dessas estruturas'. Sobre a condicionante nº 1, na página  
499 10, ela cobra que seja apresentado o relatório fotográfico que comprovaria o  
500 plantio e condução das mudas referentes à compensação florestal de espécies  
501 suprimidas para implantação do dique'. E dá como cumprida pela Suppri. Só  
502 que na análise do cumprimento dessa condicionante o empreendedor informa  
503 que plantou 1.875 árvores, e a SEMAD constata que o local em que foram  
504 plantadas não serviu ao propósito da compensação proposta pela condicionante  
505 'uma vez que foram plantadas em área que a empresa já teria que reabilitar'.  
506 Portanto, se ela tinha que apresentar relatório fotográfico que comprovasse o  
507 plantio e condução das mudas, no meu modo de ver não plantou nenhuma  
508 muda até hoje porque o que ela plantou não serviu ao objeto da condicionante.  
509 Então no meu modo de ver essa condicionante está, no caso, descumprida.  
510 Sobre os licenciamentos anteriores da Mina de Brucutu, é importante

transcrever o posicionamento do Fonasc em relação aos licenciamentos anteriores tramitados nesta Câmara de Atividades Minerárias. 'Na 7ª reunião, ordinária, o parecer de vista do Fonasc de 21/7/2017 sobre o processo administrativo para Licença Prévia de lavra céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco de minério de ferro, da expansão da Cava da Divisa da Mina de Brucutu, na época, a conclusão do parecer fala que 'há fortes indícios de manipulação do processo físico e alterações de informações para além da omissão, realizadas provavelmente de forma proposital para viabilizar sua análise processual, jurídica e técnica, em tempo recorde, com o parecer favorável ao deferimento, apesar da abrangência territorial, complexidade, grande porte e potencial poluidor do empreendimento, em região de relevância espeleológica, paisagística e hídrica.' Manifestou-se à época o Fonasc pela retirada de pauta e ainda sugerindo uma auditoria completa na tramitação do processo. Em outra reunião sobre o mesmo empreendimento, da Mina de Brucutu, da Cava da Divisa, mais especificamente na 36ª reunião, ordinária, no parecer de vista da data de 26/11/2018, o processo administrativo na época era para exame de Licença de Instalação concomitante com Licença de Operação de uma pilha de estéril, foi concluído no parecer do Fonasc: 'Considerando a abrangência territorial, complexidade, grande porte e potencial poluidor do empreendimento da Mina de Brucutu, expansão da Cava da Divisa, Vale S/A, em região de relevância espeleológica, paisagística e hídrica, o Fonasc tem se manifestado contrário à concessão da Licença Prévia', conforme as razões apontadas, na ocasião, no parecer, e opinou pelo indeferimento da licença. É uma coisa que temos trazido aqui, apesar de ter já um acordo com o TCE, que parece que está andando, mas neste caso específico eu não teria como deixar de mencionar, mesmo porque as mudanças no Estado estão um pouco tímidas ainda em relação a isso. Porque o relatório do TCE fala que foram constatadas, em relação ao licenciamento no Estado, deficiências na adoção de padrões, normas e critérios técnicos e metodológicos específicos para o procedimento de licenciamento ambiental na extração de minério de ferro, com alto grau de subjetividade e, por consequência, com grande risco de análises equivocadas. E o relatório do TCE traz, inclusive, a Mina de Brucutu como exemplo dessas constatações que foram feitas no relatório, dos licenciamentos de minério de ferro, especificamente. Que serve como um exemplo típico do que foi levantado pelo TCE e que os processos de licenciamento dos quais as condicionantes, por exemplo, deveriam ser pressupostos de licenças anteriores e foram postergados para as próximas fases. Então é um licenciamento típico que o TCE tomou como exemplo, inclusive, da condução do licenciamento ambiental pelo Estado. 'Este processo prova que a atuação do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) na gestão de atividades relativas ao setor de mineração, especialmente as atividades de extração de minério de ferro, não atende as recomendações e determinações do TCE'. Como conclusão, 'diante do exposto e de razões apresentadas neste parecer de vista, considerando o

554 princípio da precaução, abrangência territorial e complexidade, grande porte e  
555 potencial poluidor do empreendimento da Mina de Brucutu, manifesta-se o  
556 Fonasc para que a Licença de Operação de ampliação seja indeferida.  
557 Entendemos que não há como continuar analisando e deliberando sobre  
558 quaisquer licenciamentos na Mina de Brucutu com estruturas de disposição de  
559 rejeito e impactos em áreas de recarga de aquíferos subterrâneos e cavidades,  
560 grande volume de uso de águas superficiais, subterrâneas e degradação da  
561 qualidade das águas e da cobertura vegetal, de forma fragmentada, sem que se  
562 realize uma avaliação ambiental integrada e independente, considerando os  
563 impactos cumulativos e sinérgicos, em especial em relação às cavidades,  
564 segurança das estruturas de disposição de rejeitos, disponibilidade hídrica e  
565 qualidade das águas, associada a uma avaliação de cenários de abastecimento  
566 da população para os próximos anos e futuras gerações, na perspectiva do  
567 aquecimento global.’ Nos lembramos ainda que nas decisões referentes ao  
568 meio ambiente, quando são tomadas, ‘há que se considerar o princípio da  
569 precaução e da prevenção’. ‘Nas palavras de Paulo Affonso Leme Machado, o  
570 princípio da precaução, para ser aplicada efetivamente, tem que suplantar a  
571 pressa, a precipitação, a improvisação, a rapidez insensata e a vontade de  
572 resultado imediato’. Esse é o parecer, presidente.” Conselheiro João Carlos de  
573 Melo: “Este parecer de vista foi disponibilizado em tempo hábil. Em suma, eu só  
574 queria comentar alguns pontos específicos. Trata-se de uma Licença de  
575 Operação, ampliação de dique de contenção, renovação de LI. Ou seja, o dique  
576 já existe, é só uma Licença de Operação para ampliação desse dique. O  
577 Parecer Único. Já tem um processo específico, o empreendimento é da Vale. A  
578 base de todo o parecer nosso foi também o parecer da Supram. Vislumbramos  
579 também algumas licenças anteriores, especificamente referentes a este  
580 licenciamento. Dois relatórios de vistoria, feitos em 2015 e em 2017. Toda a  
581 questão específica de um licenciamento foi devidamente cumprida. A equipe  
582 interdisciplinar da Supram Leste sugere o deferimento da licença. Então nesses  
583 termos ‘os conselheiros que abaixo assinam (no caso, o Sindextra e o Ibram)  
584 se manifestam favoráveis ao parecer elaborado pela equipe da  
585 Superintendência Regional Leste de Minas - Supram Leste, desta licença  
586 ambiental Parecer Unico Protocolo Siam nº 0725853/2018, Processo  
587 Administrativo 00022/1995/065/2014, Licença de Operação (Ampliação) para o  
588 empreendimento Vale S/A - Mina de Brucutu (renovação de LI), para a  
589 atividade: dique de proteção de margens de cursos d’água (Código E-05-02-9),  
590 no município de São Gonçalo do Rio Abaixo, pelo prazo de 10 (dez) anos,  
591 vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos’. É esse o  
592 nosso parecer.” Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Eu fiquei com uma  
593 dúvida e gostaria que o pessoal da empresa ou da Supram esclarecessem.  
594 Porque é uma ampliação de um dique para contenção de sedimentos de uma  
595 pilha de estéril, e a formalização do pedido de LO foi em 2014. Então eu  
596 gostaria que esclarecessem se essa pilha não está em uso desde 2014, porque

597 o entendimento é que as estruturas estão licenciadas, a usina de uma forma  
598 geral está licenciada, e, como ainda não tem a licença para operar esse dique,  
599 eu queria só que confirmassem se essa pilha desde 2014 não está recebendo  
600 estéril da produção, da lavra.” Isabel Roquete/Vale S/A: “O primeiro item, sobre  
601 os estudos espeleológicos. Em 2007, a Supram Central, que na época  
602 analisava esse processo, através de condicionantes do COPAM para outro  
603 empreendimento, solicitou que fosse feita prospecção espeleológica para todas  
604 as propriedades da Mina de Brucutu. Foi feita essa prospecção, cumpriu-se a  
605 condicionante do COPAM. Na época desse licenciamento, a LP e LI desse  
606 dique, essa prospecção foi apresentada à Supram Central, a Supram Central  
607 acatou a prospecção e relatou no parecer. E essa mesma prospecção de 2007  
608 foi reapresentada agora no âmbito desse processo de LO por solicitação da  
609 Supram Leste e foi acatada pela Supram Leste. Não tem nenhuma cavidade na  
610 área do empreendimento nem tão pouco nos 250 m. Então a prospecção foi  
611 apresentada à época à Supram Central e agora representada à Supram Leste  
612 para análise desse processo. O item sobre a fragmentação do licenciamento. A  
613 Vale assumiu Brucutu em 2006, quando foi feita uma Licença de Instalação  
614 Corretiva para as estruturas que lá estavam, operadas pelos empreendedores  
615 anteriores. Depois de 2006, em 2012, a Vale obteve ampliação para 40 milhões  
616 de toneladas. Em 2015, a Vale obteve expansão para 57 milhões de toneladas.  
617 Em 2018, a Vale obteve a expansão para a Cava da Divisa. O empreendimento  
618 Brucutu teve três ampliações, que são normais em um empreendimento  
619 minerário. Porque se você for analisar, se você entender o processamento  
620 minerário, você percebe que tem a sondagem, a pesquisa mineral, a viabilidade  
621 técnica, a viabilidade ambiental todas analisadas. Quisera o empreendedor ter  
622 um licenciamento global – o Estado pode até pensar nessa possibilidade –, na  
623 perspectiva da vida útil do empreendimento. Seria muito interessante. O Ibama,  
624 inclusive, já faz isso em alguns empreendimentos, inclusive Carajás. Então por  
625 força da legislação e da própria pesquisa mineral se fazem esses  
626 empreendimentos de ampliações. Porque senão nós estaríamos licenciando um  
627 planejamento global para uma perspectiva futura de um empreendimento  
628 minerário até a sua vida útil. Então nós estamos seguindo a legislação. Eu acho  
629 que quando o Fonasc fala de novo, no item 5, sobre a fragmentação e compara  
630 à questão de rejeitos da Samarco, é bom que fique claro que nós estamos  
631 discutindo a estrutura de contenção de sedimentos, uma estrutura de controle  
632 ambiental. É uma estrutura a montante do rio Santa Bárbara para trazer eficácia  
633 no controle de sedimento de modo a não carrear sedimento para o rio Santa  
634 Bárbara. Então é estrutura de controle ambiental. Controle de sedimento de  
635 uma barragem não é bacia de contenção de rejeito, é o controle de sedimento  
636 justamente para evitar o carreamento de sedimento para o rio Santa Bárbara. O  
637 dique está lá há muito tempo, e essa ampliação se deu em função do aumento  
638 da capacidade do reservatório do dique, não intervindo, em nenhum momento,  
639 no seu maciço. O maciço continua na configuração inicial. É um aumento da

640 capacidade, uma bordadura do reservatório, aumento de 2 hectares para  
641 manter eficácia, de forma a garantir a qualidade ambiental no rio Santa Bárbara.  
642 Então deixando claro, não é um dique de contenção de rejeitos, é um dique de  
643 contenção de sedimentos. Sobre a condicionante 1, realmente, a Vale fez uma  
644 proposta de compensação florestal ao IEF, não obteve resposta e resolveu  
645 fazer a recuperação em uma área, que, nessa avaliação da Supram Leste, não  
646 foi acatada. Pediu-se nova área, a Vale apresentou nova área. Foi feito termo  
647 de compromisso averbado no cartório para compensação de Mata Atlântica,  
648 para compensação florestal, compensação de APP e de espécies isoladas.  
649 Estamos seguindo os cronogramas. Os termos estão averbados no cartório com  
650 assinatura de ambas as partes, do empreendedor e do órgão ambiental. As  
651 mudas estão preparadas, a área está preparada, aguardando o próximo período  
652 chuvoso, dentro do cronograma estabelecido. Eu acho que sobre os outros itens  
653 relacionados pelo Fonasc não cabe ao empreendedor aqui se posicionar. Com  
654 relação ao questionamento do Cefet, a pilha está em uso, sim. O  
655 empreendimento Brucutu tem uma vantagem, que ele utiliza suas áreas de  
656 pilhas. Então nós temos duas pilhas hoje em Brucutu em funcionamento. Uma  
657 está descomissionada. Os sedimentos são direcionados para esse dique que  
658 nós estamos licenciando. Faz-se uma limpeza do dique para não atingir a cota  
659 de implantação desse alteamento, mas não tem como você controlar o não uso  
660 do dique. Porque, se você põe alguma objeção de aquele dique não receber o  
661 sedimento, o sedimento direciona ao curso d'água. Então nesse caso, uma  
662 estrutura de controle, o que se faz? O dique está lá implantado, estava  
663 implantado anteriormente, houve uma ampliação de 2 hectares, bordadura do  
664 reservatório, e o que se faz é manter uma limpeza desse dique e obedecer essa  
665 área operacional.” Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Só mais um  
666 pouco de esclarecimento. A Pilha 3 continua recebendo estéril normalmente.”  
667 Isabel Roquete/Vale S/A: “Continua recebendo estéril.” Conselheira Adriana  
668 Alves Pereira Wilken: “E a Licença de Instalação que foi concedida é para  
669 ampliação do dique, para reter os sedimentos. Então esse dique que atualmente  
670 ainda não está com a Licença de Operação está operando. É isso?” Isabel  
671 Roquete/Vale S/A: “Com a licença anterior. Eu tinha uma licença anterior, essa  
672 é uma ampliação na área do reservatório. Eu tinha uma licença anterior, já tinha  
673 uma LO.” Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Do dique sem ser  
674 ampliado.” Isabel Roquete/Vale S/A: “O dique tem uma Licença de Operação  
675 com uma área de reservatório menos 2 hectares. Essa área recebe os  
676 sedimentos da pilha. O que é que se faz? Operacionaliza o manejo desse dique  
677 de forma a não intervir nesses dois hectares que estão precisando da Licença  
678 de Operação. O dique já existia lá e é uma estrutura de controle, não tem jeito  
679 de você não operacionalizar. Você não operacionaliza a área motivo da  
680 implantação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O dique nós sabemos  
681 que está operando, porque vocês têm uma Licença de Operação. O que é o  
682 objeto da ampliação, esses 2 hectares, está sendo operado ou não?” Isabel

683 Roquete/Vale S/A: “Não. Ele está instalado, não operando.” Conselheira  
684 Adriana Alves Pereira Wilken: “Mas se atualmente na situação em que está,  
685 vocês operando do jeito que estão, limpando com mais frequência, por que a  
686 ampliação?” Isabel Roquete/Vale S/A: “Porque eu preciso dessa capacidade do  
687 reservatório. Por exemplo, se faço a limpeza com frequência de três em três  
688 meses, eu posso fazer de seis em seis meses, antes do período chuvoso.  
689 Porque eu utilizei a área do reservatório de forma condizente com a ampliação  
690 do meu empreendimento. Agora é operacionalmente inviável, não existe isso. E  
691 você tem que ter uma capacidade de reservatório condizente com a área  
692 propícia de recebimento de sedimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
693 Trovão: “O dique é uma medida de segurança, de controle ambiental. Embora  
694 eles consigam operar em uma área menor, para garantir eficiência e melhorar,  
695 inclusive, a segurança, eles estão propondo uma área maior. É o que eu  
696 entendo.” Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Qual é a perspectiva de  
697 vida útil dessa pilha, a Pilha 3. Por mais quantos anos ela vai operar?” Isabel  
698 Roquete/Vale S/A: “Deixa eu consultar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
699 Trovão: “Enquanto você consulta, eu vou passar para o Claudinei.” Conselheiro  
700 Claudinei Oliveira Cruz: “Talvez eu possa ajudar a esclarecer. A pergunta da  
701 Adriana realmente é pertinente. Porque quando vemos ‘já está operando sem a  
702 Licença de Operação?’ É porque quando vamos ao operacional é como  
703 alteamento de barragem, são concomitantes a instalação e operação. Então  
704 não tem como, ‘eu vou parar de operar para fazer o alteamento’. É a mesma  
705 coisa do dique. Se vou altear a bacia do dique, eu não posso parar o  
706 operacional dele. Até seria uma atitude não muito inteligente porque é um  
707 controle ambiental. Então essa ampliação e operação são concomitantes,  
708 andam juntas. Ela fez a instalação, e a pilha continua gerando sedimentos, o  
709 dique está fazendo a sua função operacional.” Conselheira Adriana Alves  
710 Pereira Wilken: “Só que esse licenciamento aqui não foi instruído concomitante,  
711 LP+LI+LO tudo junto?” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Eu sei disso, eu  
712 estou só falando que no operacional é assim. A partir do momento em que você  
713 faz um alteamento de uma barragem, ampliação do dique, ele não para de  
714 funcionar nem pode parar de funcionar.” Conselheira Adriana Alves Pereira  
715 Wilken: “Então o processo de licenciamento foi instruído de forma errada, se  
716 você está falando isso.” Isabel Roquete/Vale S/A: “Não existia concomitância na  
717 época.” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Isso foi em 2014.” Presidente Yuri  
718 Rafael de Oliveira Trovão: “Pelo que eu entendi, embora haja essa  
719 concomitância, mas também no alteamento de barragem você chega ao limite,  
720 faz o licenciamento para o alteamento e depois opera. Não para a operação. O  
721 que eu entendi é que, embora o dique tenha sido construído, pela manutenção  
722 que eles estão dando com maior frequência, esse sedimento não chegou a essa  
723 etapa do dique que foi construído. Então ele não operou ainda.” Isabel  
724 Roquete/Vale S/A: “Operou na cota anterior. Se hoje fosse licenciar esse  
725 empreendimento, ele seria LAC1, porque na época não tinha concomitância

726 LP+LI+LO nem tampouco LI+LO. Então hoje seria LAC1. Foi em 2010 o  
 727 primeiro licenciamento. Em 2010, tinha concomitância LP+LI, mas não tinha  
 728 concomitância LP+LI+LO ou LI+LO. O técnico está me dando informação aqui  
 729 de que, inclusive, essa área de 2 hectares tem uma função de garantia de  
 730 segurança em função da estrutura geotécnica do ano hidrológico.” Flaviano/Vale  
 731 SA: “Essa área a mais de que precisamos é porque, como não se tem garantia  
 732 de como vai ser o comportamento do ano hidrológico, o risco é a geração de  
 733 sedimento a mais do que na velocidade em que conseguimos limpar. Então nós  
 734 precisamos de uma margem de segurança de volume desse dique.” Conselheiro  
 735 Lúcio Guerra Júnior: “E acontecendo talvez isso que você está prevendo, o que  
 736 pode acontecer com esse sedimento a mais?” Isabel Roquete/Vale S/A: “Só  
 737 respondendo à conselheira, a vida útil da pilha é até 2023. Esse dique foi  
 738 classificado como dano potencial baixo. Já tem avaliação de possíveis rupturas.  
 739 O dam break não chega a interferir em uma comunidade, não chega ao curso  
 740 d’água. Então o dano potencial dele é baixo, e já tem uma classificação,  
 741 inclusive, do Plano Emergencial de Barragem.” Presidente Yuri Rafael de  
 742 Oliveira Trovão: “Em relação à Supram, algum posicionamento, algum  
 743 esclarecimento?” Vinicius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: “Bom dia a  
 744 todos os conselheiros, à Presidência da Câmara e aos demais presentes. Nós  
 745 gostaríamos só de reforçar alguns esclarecimentos já prestados pelo  
 746 empreendedor, bem como pontuar sobre o parecer de vista do Fonasc em  
 747 alguns itens específicos. Primeiramente esclarecer novamente a todos os  
 748 conselheiros que o objeto da licença que está sendo deliberada é um dique de  
 749 contenção de finos, uma estrutura de controle necessária a fim de mitigar  
 750 possíveis danos às coleções hídricas, em especial o rio Santa Bárbara. Então é  
 751 imperioso que essa estrutura tenha capacidade e dimensões que suportem uma  
 752 eventual precipitação que ocorra na área de tributação desse dique. O  
 753 empreendedor realizou os cálculos de dimensionamento e, para operação  
 754 efetiva, segura e eficaz desse dique, vislumbrou que é necessária essa  
 755 ampliação que está sendo debatida aqui hoje. Já foi esclarecido à conselheira a  
 756 respeito da concomitância. À época da formalização, vigia a Deliberação  
 757 Normativa COPAM 74, que não previa a concomitância das três fases. E já  
 758 adentrando nas considerações que foram trazidas no parecer de vista do  
 759 Fonasc, em relação ao item 2, estudo espeleológico, não foi verificado pela  
 760 equipe da Supram menção ao estudo espeleológico no parecer da LP+LI.  
 761 Mesmo que tivesse sido realizado e constasse nos autos do processo de LP+LI,  
 762 não foi citado no parecer, motivo pelo qual ensejou a solicitação, por parte da  
 763 equipe, desse estudo que foi apresentado e acatado pela equipe. Com relação  
 764 ao item 3, a questão de cinco anos para ser deliberado o processo, eu acredito  
 765 não ser segredo para ninguém que há uma enorme demanda por parte dos  
 766 empreendedores por licenças ambientais, e o órgão passou por fases que  
 767 infelizmente culminaram em uma acumulação de processos. Então nós hoje  
 768 temos um passivo de processos a serem analisados. Graças ao trabalho que

769 vem sendo feito pela Secretaria, nós hoje estamos conseguindo dar vazão em  
770 um fluxo maior à análise e deliberação desses processos e temos a expectativa  
771 de finalizar esse passivo o mais breve possível. Então há uma situação crônica  
772 que hoje está sendo resolvida. Com relação ao item 4, sobre o fracionamento  
773 do empreendimento, como foi colocado anteriormente, o empreendimento  
774 minerário tem uma dinâmica na sua operação, e à medida que o avanço das  
775 atividades vai ocorrendo é verificado pelo empreendedor a necessidade ou não  
776 de novas estruturas, de novas medidas de controle. E uma vez que essas  
777 estruturas ou medidas de controle que se façam necessárias porventura tenham  
778 que ser licenciadas o empreendedor promove o licenciamento delas, na medida  
779 em que se faça necessário. Então nós não estamos falando aqui de  
780 fracionamento. É importante destacar aos nobres conselheiros que nós estamos  
781 tratando aqui de uma medida de ampliação. Com relação ao item 5, que pontua  
782 a respeito das coleções hídricas, novamente, o dique é uma medida de controle,  
783 ninguém sabe a hora que São Pedro vai abrir a torneira em cima nem a vazão  
784 que vai vir nessa pluviosidade. Então a engenharia, junto com os modelos  
785 matemáticos e cálculos de física, tem que prever que essa estrutura de controle  
786 contenha uma pluviosidade fora da média. Daí a necessidade de se ter a  
787 ampliação desse dique. Item 6, sobre a condicionante 1, consta dos autos do  
788 processo que o empreendedor diligenciou à CPB a respeito da área para ser  
789 efetivado esse plantio, e não houve manifestação da CPB. O empreendedor  
790 então, por conta própria, promoveu esse plantio. Então durante a análise desta  
791 licença que está sendo debatida aqui hoje, a equipe da Supram considerou que  
792 o empreendedor, a todo tempo, buscou junto ao órgão ambiental sanear a  
793 questão. Como não houve manifestação do órgão, no caso a CPB, não poderia  
794 a Supram imputar ao empreendedor o descumprimento da condicionante, sendo  
795 que dela dependia um posicionamento do órgão. De toda sorte, durante a  
796 análise desse plantio que foi realizado, foi verificado pela equipe que o que foi  
797 realizado não atendia aos preceitos legais. Foi então solicitado ao  
798 empreendedor que apresentasse uma nova proposta. Essa proposta foi  
799 apresentada, analisada, avaliada, é pertinente, motivo pelo qual ensejou a  
800 celebração dos termos de compromisso de compensação. Se em algum  
801 momento houve um lapso por parte do órgão em não efetivar junto com o  
802 empreendedor essa compensação, isso está sendo saneado neste momento  
803 para que efetivamente se cumpra o que está exposto na legislação vigente, o  
804 cumprimento da compensação, que está estabelecida como condicionante a  
805 sua execução. Com relação ao item 7, a Supram Leste se abstém de comentar  
806 os posicionamentos que foram exarados pelo conselheiro porque não é da  
807 nossa seara adentrar no mérito dessas questões. Com relação ao item 8, o  
808 conselheiro aborda o relatório de auditoria do TCE 951431. Aqui cabe ressaltar  
809 que, em função desse relatório de auditoria, tanto a SEMAD quanto a Sedectes  
810 enviaram ao TCE um plano de ação. Esse plano de ação foi analisado. E ali nós  
811 temos então o Relatório de Monitoramento de Auditoria 1031303/2018, do TCE.

812 E no acórdão desse relatório é citado, e eu vou pedir aqui para ler na íntegra, o  
813 item 1: ‘A documentação enviada pela SEMAD e a Sedectes comprova que as  
814 ações e medidas atendem as recomendações deste Tribunal nos autos da  
815 Auditoria Operacional 951431’. Ou seja, realmente, houve um apontamento do  
816 TCE com relação às questões que foram levantadas. Não obstante, a SEMAD e  
817 a Sedectes promoveram, junto ao TCE, um plano de ação, e esse plano de  
818 ação foi validado pelos auditores do TCE, em junho de 2018, nesse Relatório de  
819 Monitoramento de Auditoria 1031303. Inclusive, há nesse monitoramento de  
820 auditoria a manutenção desse plano de ação. Então nobres conselheiros, a  
821 Secretaria não se manteve inerte perante o relatório do TCE, ela e a Sedectes  
822 se manifestaram e efetivaram o plano de ação. E os senhores, eu acredito que  
823 tenham percebido que esse plano de ação efetivamente vem sendo realizado.  
824 Diga-se de passagem, observa-se uma melhoria no atendimento do  
825 licenciamento ambiental à sociedade. Por fim, com relação ao item 9, apontado  
826 pelo nobre conselheiro, a respeito da responsabilidade, destacamos novamente  
827 que os pareceres técnicos e jurídicos da Supram não são vinculantes. É isso,  
828 presidente, e nos mantemos à disposição para os demais esclarecimentos que  
829 se fizerem necessários.” Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Só para  
830 fechar a discussão, de minha parte, eu acho que é válido, sim, licenciar  
831 equipamento de controle ambiental, isso é bom para o meio ambiente, sim, mas  
832 nós temos que ter noção e consciência de que mesmo os equipamentos de  
833 controle ambiental trazem uma série de impactos ambientais importantes. Eu  
834 estava vendo aqui as condicionantes da LP+LI, e houve supressão de  
835 vegetação da Mata Atlântica, de espécies em extinção, interferência em área de  
836 preservação permanente, intervenção em recursos hídricos. É só uma  
837 observação para nos atentarmos que equipamento de controle ambiental é  
838 muito bom, mas mesmo para eles deve ser realmente verificada a pertinência  
839 de se instalar e operar esse tipo de equipamento, porque também traz uma  
840 série de impactos ambientais importantes.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior:  
841 “Em relação ao relatório do TCE, igual eu falei aqui na reunião passada,  
842 realmente, nós estamos vendo o Estado começando a se movimentar em  
843 relação ao cumprimento do que foi acordado. Mas eu quis trazer aqui  
844 novamente, inclusive porque, na época da realização do relatório, foi trazida  
845 essa Mina de Brucutu como exemplo do que não estava correto nos  
846 licenciamentos ambientais. Em relação à condicionante, a conclusão é como se  
847 ela estivesse cumprida. Ela pede para ‘apresentar o relatório fotográfico do  
848 comprimento da compensação ambiental’. Poderia estar lá escrito ‘impossível o  
849 empreendedor cumprir por esse e por esse motivo’, agora colocar o status dela  
850 como cumprida, e se você pegar o texto dela e ver qual é o objetivo dela, então  
851 realmente para nós ela continua como descumprida pelo que se está pedindo  
852 lá. Sobre a espeleologia, há aqui – se eu entendi direito – uma  
853 contrainformação, porque no parecer está bem claro. Fala da Suppri: ‘Tendo em  
854 vista que os estudos espeleológicos para a área do empreendimento não

855 haviam sido apresentados e analisados...’ Aí vem aqui a representante da Vale  
856 e fala que em 2007 foram apresentados. Então eu não sei aonde se encontra a  
857 verdade. Outra coisa: sobre o rio Doce, eu entendo que é importante que deve  
858 ter o dique de contenção de sedimentos, mas pergunto, de certa forma ele é  
859 uma barragem. Não é uma barragem de rejeito, mas uma barragem de  
860 sedimento que chega ali. Um passou por um processo, e o outro é um  
861 sedimento natural. Mas talvez devido às proporções. Mas enquanto a barragem,  
862 que rompe todo dia, dique de contenção de sedimentos já rompeu no Estado de  
863 Minas Gerais? Ele pode romper também? Então o que muito me espanta, a não  
864 preocupação da Vale, é justamente isso. Nós continuamos preocupados com o  
865 rio Doce. Vocês não estão, porque já mataram o rio Doce? Nós continuamos,  
866 com a recuperação dele. Outra coisa também é sobre a formalização da  
867 Licença de Operação em 2014, e só agora que ela está sendo deliberada, cinco  
868 anos para frente. E tanto a representante da Vale quanto os técnicos da Supram  
869 falaram que é necessária essa estrutura de ampliação, que eu concordo que  
870 seja mesmo, por causa da possibilidade de haver um regime pluviométrico de  
871 intensidade maior e causar o rompimento dessa estrutura. Então quer dizer que  
872 nós corremos o risco, durante cinco anos, de essa estrutura romper. Porque já  
873 tinha pedido de operação, já era necessário, e só agora que está sendo  
874 licenciada. Será que só de agora para frente que a chuva vai avolumar? E esse  
875 negócio de que vocês falam todo dia, de decamilenar. Então sinceramente eu  
876 ainda continuo com bastante dúvida. Sobre o fracionamento do licenciamento,  
877 pode ser até que seja uma coisa legal, que esteja amparada na legislação, mas  
878 é uma coisa que não denota uma situação de normalidade no licenciamento.  
879 Porque uma vez que se descobre uma jazida em um determinado local eu  
880 imagino que qualquer empreendedor, mesmo para sua viabilidade econômica,  
881 vai fazer uma pesquisa ampla de qual é a capacidade daquele jazimento ou  
882 não. Agora, faz isso, guarda na gaveta, licencia uma pontinha e depois vai  
883 licenciando o resto, é isso que está errado, com o que não podemos concordar.  
884 Eu não estou falando, inclusive, nesse caso, porque não conheço  
885 profundamente a mina, como foi, que vocês falaram que compraram e tal. Mas  
886 estou falando de maneira geral, que até você mesmo concordou que poderia ser  
887 uma mudança na legislação, que daria esse amparo legal. E é o que nós, de  
888 certa forma, também achamos.” Isabel Roquete/Vale S/A: “Só para falar com o  
889 Lúcio o seguinte. Nós estamos até com dificuldade nos planejamentos da Vale,  
890 nós temos planejamento com expansões para 2070. A própria validade da  
891 licença nos impede, porque o máximo que você tem de validade de uma  
892 Licença de Operação são dez anos. Eu já tive esse questionamento várias  
893 vezes na Vale. Vocês nos cobram planejamento, mas conseguem licenciar para  
894 2070? Eu não sei dar resposta. Com relação ao dique, ele passou por todas as  
895 inspeções periódicas – inclusive, a última agora temos que entregar no dia 1º de  
896 setembro –, e está com declaração de estabilidade.” Presidente Yuri Rafael de  
897 Oliveira Trovão: “Agradeço. Acho que os esclarecimentos já esgotaram em

898 relação a esse tema.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Eu entendo que talvez  
899 não tenha como dar essa licença de 70 anos para o empreendedor, mesmo  
900 porque entendo que a partição, no caso da operação, seja inclusive para avaliar  
901 o desempenho ambiental do empreendedor. Se você tem planejamento para 70,  
902 mas um ano, dez anos você não está cumprindo, então tem que cassar mesmo.  
903 Mas o projeto, o empreendimento como um todo, todas as suas estruturas  
904 minimamente deveriam estar contemplados e na medida do possível já  
905 definidos, com pequenas alterações para serem feitas. Não podem ser  
906 alterações, no meu modo de ver, que mudam totalmente o projeto original da  
907 Licença Prévia.” Vinicius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: “Com relação  
908 à condicionante, é possível que nos próximos pareceres, para casos análogos,  
909 seja melhorada a redação. Já esclarecendo também para o nobre conselheiro  
910 do Crea, que sempre faz menção, no parecer que está sendo colocado, houve  
911 um lapso, e não foram listadas as ARTs, mas todas foram devidamente  
912 conferidas nos respectivos sítios eletrônicos dos conselhos respectivos. Com  
913 relação à questão do lapso temporal, é preciso destacar o seguinte para os  
914 conselheiros. A função do dique não é conter onda de cheia, a função do dique  
915 é possibilitar que o sedimento que seja carregado não atinja a coleção hídrica.  
916 Então é importante destacar isso, nós não ficamos cinco anos com o risco de  
917 determinada situação. O dique tem essa finalidade de aumentar o tempo de  
918 decantação do sedimento. Então é preciso destacar isso para ficar registrado e  
919 esclarecido.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Vinicius, obrigado pelo  
920 retorno. De fato, eu tinha cobrado de vocês da Supram Leste isso porque eu  
921 tenho reiteradamente cobrado isso aqui, porque no Parecer Único – eu disse  
922 para a colega sua que nos atendeu – consta o nome de um profissional como  
923 responsável técnico e somente com o número do Crea. Então é importante que  
924 nos novos pareceres vocês façam constar o número da ART para que nós  
925 possamos verificar. Porque já houve caso de empreendedor que não era mais o  
926 responsável técnico, então a empresa foi autuada exatamente por não ter o  
927 responsável técnico naquele momento. Eles apresentaram novas ARTs, tanto  
928 de cargo de função como de obra e serviço, para o empreendimento. Não é o  
929 caso de vocês.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu agradeço ao  
930 conselheiro Newton e vou colocar em votação o item 6.1, Vale S/A, Mina de  
931 Brucutu, Processo Administrativo 00022/1995/065/2014. Por favor,  
932 conselheiros, manifestem-se. Votos favoráveis: Sedese, Codemig, Crea, Ibram,  
933 Sindiextra, ANM, Federaminas, Segov e Sede. Abstenção: Cefet. Voto contrário:  
934 Fonasc.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “O voto contrário é pelo que foi  
935 apresentado no relatório, e de certa maneira não foi totalmente esclarecido aqui  
936 pelas explanações tanto do empreendedor como da Supram. E quanto ao dique,  
937 só reforçando, eu entendo que ele tem essa característica de proteger, do  
938 sedimento, mas foi falado aqui que se corria o risco do aumento do sedimento  
939 ali e pondo ele em risco. Então isso aqui ficou, de maneira inegável, constatado  
940 também.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO**

941 **DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Belmont Mineração Ltda. Extração de**  
 942 **rocha para produção de britas com ou sem tratamento; unidade de**  
 943 **tratamento de minerais (UTM); obras de infraestrutura (pátios de resíduos,**  
 944 **produtos e oficinas); pilhas de rejeito/estéril; ponto de abastecimento de**  
 945 **combustíveis; estradas para transporte de minério/estéril. São Gonçalo do**  
 946 **Rio Abaixo/MG. PA 24433/2017/001/2017, ANM 831.239/1997. Classe 5.**  
 947 **Supram Leste Mineiro. Erlaine/Belmont Mineração:** “A empresa só gostaria de  
 948 esclarecer que, como foi combinado na reunião passada, em que o processo foi  
 949 baixado em diligência, os protocolos com toda a documentação, na íntegra, da  
 950 documentação que não havia sido identificada pela equipe da Supram, junto  
 951 com os demais que já haviam sido feitos e os que também não haviam sido  
 952 protocolizados até aquele momento, foram entregues no tempo hábil, com o  
 953 intuito de que, avaliando esses documentos na íntegra, isso pudesse subsidiar  
 954 no novo parecer que seria elaborado, alterando o posicionamento da equipe.  
 955 Tendo em vista o Parecer Único que foi elaborado após esses protocolos da  
 956 documentação na íntegra, que não houve alteração, então a empresa decide  
 957 acatar o posicionamento da equipe técnica e agradecer também ao Conselho  
 958 pela oportunidade de termos discutido e termos posicionado o entendimento da  
 959 empresa nas reuniões passadas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
 960 “Nós baixamos esse processo em diligência porque havia uma discussão em  
 961 relação aos protocolos. Alguns protocolos dentro do processo administrativo,  
 962 outros dentro do processo técnico. Houve pedido de vistas do João Carlos, pelo  
 963 Ibram, e do Francisco também, pela baixa em diligência para avaliar esses  
 964 documentos. Esse processo foi baixado em diligência, foram analisados esses  
 965 documentos que foram entregues conforme informado, e a Superintendência  
 966 manteve ainda pelo indeferimento do empreendimento. E agora a representante  
 967 do empreendedor nos traz a informação aqui acatando o indeferimento da  
 968 licença. Então o parecer é para o indeferimento. Aqueles que levantarem a  
 969 plaquinha verde estão voltando de acordo com o parecer. Qual é o voto?  
 970 Indeferimento da licença. O pessoal da Supram quer fazer algum destaque?  
 971 Agradeço. Então coloco em votação, item 7.1 da nossa pauta, Belmont  
 972 Mineração Ltda., Processo Administrativo 24433/2017/001/2017. Por favor,  
 973 manifestem-se. Votos favoráveis ao indeferimento da licença: Sedese, Codemig,  
 974 Crea, Ibram, ANM, Federaminas, Cefet, Segov e Sede. Abstenções: Sindiextra  
 975 e Fonasc. Entidade suspensa: Ibama.” Conselheiro João Carlos de Melo:  
 976 “Senhor presidente, eu poderia só fazer um ligeiro comentário sobre este  
 977 processo? Primeiro, eu gostaria de agradecer não só a Presidência, por ter  
 978 acatado daquela nossa sugestão de baixar em diligência em função da  
 979 necessidade de levantamento de uma série de dados no decorrer do período  
 980 específico. O que estranho nesse processo como um todo, depois de toda essa  
 981 discussão, esse levantamento, essas anuências, por que a empresa não fez  
 982 esse comunicado anteriormente, não já definiu anteriormente. Em vez de trazer  
 983 para cá, poderia ter resolvido isso há dois meses, evitado todo esse trabalho,

984 essa preocupação que gerou junto à Supram Leste, junto à própria Câmara, de  
985 reavaliar um processo que, infelizmente, a própria empresa achou por bem que  
986 se fizesse e vai fazer um termo de ajustamento de conduta sobre isso. Eu só  
987 queria relevar esse dado, senhor presidente.” **8) PROCESSO**  
988 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE**  
989 **COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1)**  
990 **Agropecuária Pollyana Ltda. Fazenda Pollyana III, Matrícula 1.124. Extração**  
991 **de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos**  
992 **d’água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em**  
993 **obras viárias, inclusive as executadas por entidades da administração**  
994 **pública direta ou indireta municipal, estadual e federal. Sacramento/MG.**  
995 **PA 25295/2015/002/2019, ANM nº 832.097/2018. Classe 4 (conforme Lei nº**  
996 **21.972/2016, artigo 14, inciso 3º, alínea b. Apresentação: Supram Triângulo**  
997 **Mineiro e Alto Paranaíba. Lucas Dovigo Biziak/Supram Triângulo Mineiro e**  
998 **Alto Paranaíba:** “Na realidade, nós queríamos arrumar um equívoco que  
999 escrevemos aqui no item 3, na página 5 do parecer. Informamos que a área do  
1000 empreendimento se encontrava em área de potencialidade muito alta de  
1001 ocorrência de cavidades. Na realidade, não. É área de baixa a média  
1002 ocorrência. Então vamos arrumar essa questão.” **Presidente Yuri Rafael de**  
1003 **Oliveira Trovão:** “Ok, feita a correção. Então na página 5, onde está ‘alta’, se lê  
1004 ‘média e baixa.’” **Lucas Dovigo Biziak/Supram Triângulo Mineiro e Alto**  
1005 **Paranaíba:** “Exato.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Eu solicito que  
1006 depois a Superintendência encaminhe o parecer com essa correção à  
1007 Secretaria Executiva.” **Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken:** “Eu gostei  
1008 muito do Parecer Único, muito bem detalhado. O processo foi enquadrado, foi  
1009 pedido RCA, Relatório de Controle Ambiental, pertinentemente, para esse tipo  
1010 de empreendimento. Realmente não haveria necessidade de se pedir Estudo de  
1011 Impacto Ambiental. Então eu gostei muito do Parecer Único. Eu só teria duas  
1012 sugestões em relação aos monitoramentos sugeridos, monitoramento de  
1013 efluentes líquidos e de efluentes atmosféricos. Porque eu achei a frequência  
1014 muito baixa, anual. O que uma amostra, um resultado por ano, poderia  
1015 representar em termos do acompanhamento da geração da poluição ambiental?  
1016 Então eu achei muito pequena essa frequência e acho que poderia pelo menos  
1017 colocar semestral, minimamente, mesmo entendendo que a carga poluidora é  
1018 baixa. Outra coisa também é que eu fiquei na dúvida do monitoramento da  
1019 fumaça preta dos veículos movidos a óleo diesel. Cita aqui algumas normas. Eu  
1020 até olhei, mas não está claro qual é a metodologia. O monitoramento da fumaça  
1021 preta é feito com opacímetro? Ou seria aquele monitoramento qualitativo de  
1022 escala Ringelmann? Se for opacímetro, seria bem mais representativo da carga  
1023 poluidora.” **Conselheiro Lúcio Guerra Júnior:** “Uma dúvida é que parece que  
1024 esse empreendimento – fala no parecer – tem uma área já explorada, contígua.  
1025 E depois até fala que em momento futuro seria até unificada. Mas não seria

então uma expansão, uma ampliação desse empreendimento? Ficou essa dúvida de por que está sendo tratado de maneira diferente. Uma outra coisa também que me chamou atenção em relação ao empreendimento é que fala na página 3 que ‘a operação da lavra será de responsabilidade direta do comprador, que estará presente em todo o processo, desde a produção até o transporte’. Aí nesse caso, inclusive, serviria em um empreendimento desse jeito, como está sendo concebido, a questão da obrigatoriedade já do seguro ou da caução. Porque se vai ser dessa maneira que se está falando, de cooperação, de responsabilidade direta do comprador, o comprador faz do jeito que quer, e o responsável pelo empreendimento como vai assumir uma coisa que está delegando a terceiro. Eu não entendi como seria essa operação, como seria feita? Às vezes é até corriqueiro. Uma outra questão, mais um esclarecimento. Não sei se entendi corretamente em relação a reserva legal para esse empreendimento e para outros também, no entendimento da lei, se é isso mesmo. Que o imóvel está acobertado. Pelo que eu entendi, ele não tinha a reserva legal suficiente, mas, como ele tem menos de 4 módulos fiscais da área onde está inserido, então o que ele tem de remanescente lá já serve para fazer essa reserva legal, não precisando de chegar aos 20% da legislação. E aí eu complemento a pergunta. Então se tiver menos que 4 módulos fiscais e porventura não tiver nenhuma área de reserva legal antes de 2008, ele fica desobrigado de fazer essa compensação? Seria só uma dúvida, um esclarecimento da legislação. Outra coisa também é que fala que na operação tem umas árvores isoladas e que vai fazer o coroamento dessas árvores, mas não fala de quantos metros seriam essa exploração, se a árvore iria ficar exposta a quanto de altura e a sua sobrevivência. Então o que isso significa na proteção dessa árvore, que, dependendo da situação, seria talvez melhor retirá-la mesmo e compensar de outra maneira? E por fim em relação aos efluentes, ao monitoramento, tem a obrigatoriedade de se fazer na entrada e na saída da fossa, e eu não percebi e queria saber por que não tem a exigência de coliformes fecais. Porque eu acho que deveria ser – ou não, posso estar enganado – um dos parâmetros a serem exigidos. E não está presente na solicitação.” Lucas Dovigo Biziak/Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “Quanto ao primeiro questionamento, do Cefet, a frequência nós colocamos anual devido à pouca quantidade de empregados que terá. Na operação mesmo do empreendimento, serão duas pessoas responsáveis da área vão acompanhar e terão os empregados na frente de lavra, que poderão usar essas fossas ou banheiros químicos, como colocado aqui no item 2, abaixo da tabela. A frequência também é sazonal, então por isso que colocamos a frequência apenas anual.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ela está fazendo a sugestão para semestral. Há uma discordância, vocês sugerem ainda anual. Só para entendermos.” Lucas Dovigo Biziak/Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “Sugerimos a frequência anual, mas não vemos empecilho de mudar para semestral. Quanto aos efluentes atmosféricos, o parâmetro de fumaça

1069 preta, a legislação é a Portaria Ibama 85/96. Lá se estabelece a escala  
1070 Ringelmann, qualitativa, mas nada impede de se utilizar o opacímetro como  
1071 forma de amostragem.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nesse caso,  
1072 semestral?” Lucas Dovigo Biziak/Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “A  
1073 portaria estabelece anual a frequência. Quanto à questão da área contígua, tem  
1074 uma lavra lá, realmente, que estava licenciada por AAF, foi renovada por meio  
1075 de Licença Ambiental Simplificado e já está em fase de operação. Isso difere  
1076 dessa nova área que está sendo licenciada, que não tem nada lá, não está  
1077 sendo explorada. As fases são diferentes, e são também poligonais de  
1078 diferentes ANMs. Por isso depois, em momento oportuno, quando da renovação  
1079 das licenças, elas devem ser juntadas. Além disso, as atividades são diferentes.  
1080 Essa atividade é extração de cascalho para aplicação exclusiva em obras  
1081 viárias, e a outra é para construção civil. Também as atividades são diferentes.  
1082 Com relação à responsabilidade da exploração, o empreendedor tem a  
1083 responsabilidade de acompanhar a operação por esses compradores. Então  
1084 todo esse monitoramento tem que ser cumprido na forma do parecer. Como  
1085 informado no parecer, são duas pessoas que acompanharão essa operação no  
1086 empreendimento.” Ilídio Lopes Mundim Filho/Supram Triângulo Mineiro e Alto  
1087 Paranaíba: “Em relação à questão da reserva legal, sobre a indagação do  
1088 conselheiro, cumpre ressaltar que o próprio artigo 40 da Lei 20.922/13,  
1089 estadual, prevê, como explicitado no parecer, que no caso de propriedades  
1090 abaixo de 4 módulos fiscais, comprovado que não há os 20% de vegetação  
1091 nativa mínimos para constituição e manutenção da reserva, ela fica constituída  
1092 com a vegetação que se encontra na época. Em relação, especificamente, à  
1093 sua pergunta, realmente, se não tiver nenhuma vegetação nativa abaixo de 4  
1094 módulos, ele fica dispensado, em tese, da manutenção da reserva. Desde que  
1095 cumpra os requisitos da lei, e tem que ser anterior a 22 de julho de 2008.”  
1096 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só ler para o conselheiro. O jurídico  
1097 já respondeu, mas eu tinha aberto aqui a Lei 20.922, artigo 40, que tem a  
1098 seguinte previsão: ‘Nos imóveis rurais que detinham em 22 de julho 2008 área  
1099 até 4 módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa em  
1100 percentuais inferiores a 20%, a reserva legal será constituída com a área  
1101 ocupada com a vegetação nativa existente àquela data, vedadas novas  
1102 condições para uso alternativo do solo.’ Então a previsão legal é isso mesmo,  
1103 não é obrigado a ter 4 módulos fiscais, reserva legal 20%, caso não tinha até 22  
1104 de julho de 2008.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “É uma coisa de menor  
1105 importância, em relação ao coroamento da árvore, que não foi falado. Eu  
1106 gostaria que fosse mencionada alguma coisa pela equipe técnica. A destinação  
1107 é diferente, mas, se é área contígua, já ficamos imaginando que seja, inclusive,  
1108 o mesmo material que está sendo explorado e que vai ser explorado. E outra  
1109 coisa é em relação ao monitoramento. Quais são os parâmetros normais a  
1110 serem exigidos no caso do monitoramento de um efluente sanitário, de fossa?  
1111 Os coliformes fecais não entram nesses parâmetros a serem exigidos?” Lucas

1112 Dovigo Biziak/Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “Pedimos desculpas,  
1113 porque foram vários questionamentos, e esquecemos dessas perguntas.  
1114 Quanto ao coroamento das árvores, realmente o empreendedor informou que  
1115 iria fazer dessa forma, e nós deixamos bem claro no item 5.2 que ele fica ciente  
1116 que, caso haja necessidade de suprimir a vegetação, ele fica obrigado pela  
1117 legislação a requerer autorização. Não vimos o porquê de solicitar essa  
1118 autorização no momento da análise do processo, mas caso, no momento da  
1119 operação, veja que há necessidade, ele tem que requerer essa autorização. O  
1120 coroamento normalmente é feito suficientemente para não danificar a estrutura  
1121 da árvore para depois quando for reconformar a área continue do jeito que era.  
1122 Já quanto à fossa séptica, os parâmetros, além do pouco uso que será feito –  
1123 são poucos empregados lá que vão trabalhar –, normalmente, o parâmetro de  
1124 coliformes é pedido para destinação desse efluente no recurso hídrico. No caso  
1125 do solo, o técnico não viu necessidade. No entanto, se o Conselho decidir,  
1126 podemos incluir normalmente.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Mas a  
1127 questão dos coliformes fecais, da medida do parâmetro deles, não seria  
1128 inclusive da eficiência do sistema instalado, não seria importante para isso?”  
1129 Lucas Dovigo Biziak/Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “Além de o uso  
1130 ser muito baixo, a eficiência de tratamento para coliformes fecais em fossa  
1131 séptica é muito baixa, praticamente não trata.” Presidente Yuri Rafael de  
1132 Oliveira Trovão: “Lúcio e Adriana, sugestão de alguma condicionante?”  
1133 Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Foi justificada a frequência anual, e  
1134 realmente nós entendemos que a carga poluidora é pequena mesmo, são  
1135 poucos empregados e tal. Enfim, eu acho que o monitoramento pela escala  
1136 Ringelmann é muito qualitativo, não diz muita coisa, mas é o que está lá na  
1137 norma do Ibama. Então as minhas sugestões podem desconsiderar, deixa do  
1138 jeito que está.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Eu entendo que às vezes o  
1139 número de funcionários seja pequeno para se fazer esse monitoramento, e ele  
1140 falou também que só no caso se for sair no corpo hídrico. Mas na hora que vem  
1141 a fossa, o efluente sanitário, a primeira coisa que vem à nossa cabeça seria  
1142 isso. Na qualidade da água e turbidez e tal, em todo relatório que vemos são  
1143 coliformes fecais. De certa forma, sem sumidouro também, vai estar uma hora,  
1144 sim ou não, próximo ao lençol freático. Então se o Conselho achar que deve  
1145 incluir, eu sugeriria só a inclusão desse parâmetro, além dos outros que já  
1146 estão. A medição também de coliformes fecais. A técnica aqui me auxiliando.  
1147 Seria a inclusão de medição do parâmetro ‘coliformes termotolerantes’.”  
1148 Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Na verdade, só uma observação em  
1149 relação ao Parecer Único. Foi até comentado pelo representante do Fonasc.  
1150 Porque eu acho que realmente mereceria uma atenção em relação ao que foi  
1151 colocado sobre a operação de lavra ser de responsabilidade direta do  
1152 comprador. Eu acho que isso em termos de ART – o Crea me corrija se eu  
1153 estiver errada –, possivelmente, estava querendo dizer uma outra coisa. Mas eu  
1154 sugiro que isso seja corrigido de uma certa forma. Só a título de sugestão,

1155 porque essa terminologia ‘responsabilidade da lavra direta do comprador’... É  
 1156 uma observação, mas eu achei que fosse pertinente talvez uma alteração, um  
 1157 esclarecimento.” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “A senhora tem toda a  
 1158 razão, a responsabilidade pela lavra é do titular da poligonal. Isso é indiscutível.  
 1159 O comprador tem a corresponsabilidade caso não tenha licença ambiental e  
 1160 esteja comprando material ilegal, vamos dizer assim, ou não tenha o título de  
 1161 lavra. A responsabilidade da lavra é do titular, é o titular aqui no caso é a  
 1162 Agropecuária Pollyana, então ela que é responsável. Isso não tem que se  
 1163 discutir.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Conselheira Maria Eugênia,  
 1164 o que existe é o seguinte. No caso do transportador, por estar executando uma  
 1165 atividade que é relacionada, a empresa transportadora tem que estar registrada  
 1166 no Crea e ter um responsável técnico pela atividade que ela faz. Isso não  
 1167 elimina a responsabilidade solidária do titular do processo.” Conselheira Maria  
 1168 Eugênia Monteiro: “Eu entendi que estava subentendido isso. Só que da forma  
 1169 como foi redigido... Eu acho que é uma questão de redação. Porque foi  
 1170 colocado que a operação de lavra seria de responsabilidade direta do  
 1171 comprador. A minha discordância é em relação a isso. Eu entendo que ele  
 1172 estaria lá acompanhando, mas a responsabilidade da lavra, pela operação de  
 1173 lavra, eu entendo que não possa ser do comprador do mineral, no caso.”  
 1174 Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Só mais uma observação. Como ele vai  
 1175 usar registro de licenciamento, nessa modalidade, ele não pode nem terceirizar  
 1176 nem arrendar. Então tem que ser ele mesmo. Nesse caso então, ele não tem  
 1177 nem essas possibilidades. Porque às vezes poderia estar querendo passar para  
 1178 essa modalidade. Nesse caso, ele não pode nem arrendar nem terceirizar a  
 1179 lavra.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Ao pessoal da Supram, então  
 1180 fica válido aqui o comentário do conselheiro Claudinei em relação à parte ligada  
 1181 à Agência Nacional de Mineração. No que compete ao Crea, o que o pessoal da  
 1182 Supram deve exigir desse transportador é que ele apresente exatamente isso,  
 1183 se a empresa está registrada e tem um ART como responsável técnico pela  
 1184 atividade que ele executa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A  
 1185 Supram entendeu o questionamento feito? Eu acho que é pertinente, a  
 1186 responsabilidade é realmente do empreendedor e não é do comprador. Aí na  
 1187 página 3... A Supram está nos ouvindo?” Wanessa Rangel Alves/Supram  
 1188 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “Nós acatamos essa correção e podemos  
 1189 colocar assim no parecer: ‘A exploração do mineral fica sujeito às variações...  
 1190 Inicialmente, a operação de lavra será direta pelo comprador’. Tira essa parte  
 1191 de responsabilidade. Fica bom assim?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 1192 Trovão: “De qualquer forma, a operação da lavra em relação ao processo  
 1193 ambientalmente feito é de quem está solicitando. Se há um contrato de  
 1194 terceirização, isso é por conta de empresa, comprador, quem está terceirizando.  
 1195 Para nós, existe somente o empreendedor nesse momento, e a  
 1196 responsabilidade é dele. Eu sugiro que ‘a operação da lavra será de  
 1197 responsabilidade direta do empreendedor’. O Claudinei está até falando aqui

1198 que não seria devida a terceirização da operação. Mas vamos supor, sendo  
 1199 possível a terceirização da operação do empreendimento, a responsabilidade é  
 1200 daquele detentor do ANM. É assim que colocamos nos nossos pareceres.”  
 1201 Wanessa Rangel Alves/Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “Nós  
 1202 podemos fazer essa correção então? Porque o que quisemos dizer é isso  
 1203 mesmo que os conselheiros estão falando.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 1204 Trovão: “Ok. Então é só alterar na página 3, onde está ‘comprador’ é  
 1205 ‘empreendedor’. A responsabilidade é do empreendedor. Mais alguma  
 1206 colocação?” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Só em relação à condicionante.  
 1207 Se for votação junto ou separado, além da inclusão de ‘coliforme  
 1208 termotolerante’, indo de encontro com a ideia da Adriana, colocar também, ao  
 1209 invés de anual, semestral, que a equipe da Supram, inclusive, falou que não  
 1210 teria nada contra mudar isso também. Então sugerindo de anual para semestral,  
 1211 duas vezes ao ano, a análise.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu  
 1212 vou colocar em votação. A Superintendência se manifestou pela continuidade  
 1213 do ‘anual’, então eu vou colocar conforme o parecer da Supram. Ok? A não ser  
 1214 que vocês queiram que coloquemos separado esse item. Eu acho que houve  
 1215 até concordância da Adriana, se eu não estiver enganado.” Conselheira Adriana  
 1216 Alves Pereira Wilken: “Eu prefiro semestral.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 1217 Trovão: “Eu vou colocar em votação a licença e depois coloco a condicionante.  
 1218 Então em votação o item 8.1 da nossa pauta, com aquelas correções feitas no  
 1219 corpo do parecer. Aí eu solicito à Supram Triângulo que faça e depois remeta à  
 1220 Secretaria para substituir o parecer no site. Em votação então o processo 8.1,  
 1221 Agropecuária Pollyana Ltda., Fazenda Polyanna, Processo Administrativo  
 1222 25295/2015/002/2019. Por favor, manifestem-se. Votos favoráveis: Sedese,  
 1223 Codemig, Crea, Ibram, Sindiextra, ANM, Federaminas, Cefet e Sede.  
 1224 Abstenção: Fonasc. Ausência: Segov. Entidade suspensa: Ibama. Então agora  
 1225 eu vou colocar as condicionantes, aquelas duas condicionantes. A sugestão  
 1226 tanto da Adriana quanto do Lúcio é que naquelas duas condicionantes o prazo  
 1227 não seja anual e, sim, semestral. Eu vou colocar o parecer da Supram, que é  
 1228 anual. Se cair o parecer da Supram, se os votos contrários superarem os  
 1229 favoráveis, eu vou entender que vai ser semestral. Ok? Então colocando o  
 1230 parecer da Supram, que é pela periodicidade anual. Por favor, manifestem-se.  
 1231 Votos favoráveis ao anual: Crea, Ibama, Sindiextra, ANM e Sede. Cinco votos.  
 1232 Então o voto conforme a Lei 46.953, que pertence ao presidente, e eu vou votar  
 1233 junto com a Superintendência. Então permanece anual.” Conselheiro Lúcio  
 1234 Guerra Júnior: “Em relação ao termotolerante foi acatado?” Presidente Yuri  
 1235 Rafael de Oliveira Trovão: “Você me desculpa, Lúcio. Eu atrolei toda a  
 1236 votação. Justifiquem, brevemente, os votos contrários em relação à  
 1237 periodicidade, por favor, brevemente. E depois eu coloco em votação a do  
 1238 termotolerante, a inclusão.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Em relação à  
 1239 periodicidade, realmente, por ser muito pouco a avaliação de uma vez por ano.  
 1240 É meio complicado, apesar do pequeno porte.” Conselheira Adriana Alves

1241 Pereira Wilken: “A mesma justificativa do Fonasc.” Conselheira Fabiana  
 1242 Aparecida Garcia: “A mesma justificativa também do Fonasc.” Conselheira Aline  
 1243 Fernandes Parreira: “A mesma justificativa.” Conselheiro Paulo Eugênio de  
 1244 Oliveira: “A mesma justificativa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.  
 1245 Passamos então para inclusão daquele item ‘termotolerante’, que parece que,  
 1246 inclusive, houve a concordância também da Superintendência em relação à  
 1247 inclusão. Vocês podem colocar lá na condicionante? Só salientando que aquele  
 1248 voto meu se baseou no artigo 19, §2º: ‘As Câmaras Técnicas Especializadas  
 1249 serão presididas pelo servidor do Sisema indicado pelo secretário do COPAM,  
 1250 que não terá direito ao voto comum e exercerá o voto de qualidade.’ Então eu  
 1251 vou colocar em votação a inclusão do ‘termotolerantes’ na condicionante.  
 1252 Conselheiros se manifestem. Votos favoráveis: Sedese, Codemig, Crea, Ibram,  
 1253 Sindiextra, ANM, Federaminas, Cefet, Fonasc, Sede. Ausência: Segov.  
 1254 Entidade suspensa: Ibama.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Ali a suspensão  
 1255 do Ibama é...?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu solicito à  
 1256 Secretaria, mas creio que é em função de faltas. Se não me engano, você não  
 1257 pode faltar duas seguidas ou três intercaladas.” Conselheiro Lúcio Guerra  
 1258 Júnior: “O Ibama está suspenso e não participa...” Presidente Yuri Rafael de  
 1259 Oliveira Trovão: “Depois, ele pode retornar. Volta na reunião de outubro. A  
 1260 suspensão é por três meses.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Entendi. Não  
 1261 sai em definitivo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Artigo 29:  
 1262 ‘Ausência de entidade por duas reuniões consecutivas ou quatro alternadas na  
 1263 mesma estrutura colegiada, durante um mandato, implicará automaticamente na  
 1264 suspensão de suas competências, previstas no artigo 28 do Regimento, por três  
 1265 meses’.” **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE**  
 1266 **OPERAÇÃO. 9.1) Mineração Corcovado de Minas Ltda. Lavra a céu aberto,**  
 1267 **rochas ornamentais e de revestimento; pilha de rejeito/estéril de rochas**  
 1268 **ornamentais e de revestimento; estradas para transporte de minério/estéril**  
 1269 **externa aos limites de empreendimentos minerários. Ponto dos**  
 1270 **Volantes/MG. PA 12194/2012/005/2019, ANM 832.820/2004. Classe 4**  
 1271 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b. Apresentação:**  
 1272 **Supram Jequitinhonha.** Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “É um  
 1273 processo que está voltando, que nós já analisamos a Licença Prévia + Licença  
 1274 de Instalação, acho que foi em 2018. Eu me recordei desse processo, reli a  
 1275 antiga e lembrei que votei contra devido às deficiências elencadas nos estudos  
 1276 ambientais apresentados. Devido a isso, eu já adianto meu voto de abstenção  
 1277 para esse processo de Licença de Operação.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior:  
 1278 “Seria igual nesse processo que passou agora em relação à condicionante, em  
 1279 relação ao parâmetro da análise da água. Indico colocar também ‘coliformes  
 1280 termotolerantes’ na condicionante. Eu gostaria que se pusesse em votação. E  
 1281 acho que, de maneira geral, isso foi enfatizado aqui pelo Lyssandro, em relação  
 1282 a caução ambiental. Não tem caução ambiental, pelo menos não foi falado. Isso  
 1283 não tem na legislação ambiental, mas seria uma coisa que deveríamos começar

1284 a bater e exigir para se tornar, lá na frente, já vir com isso o mais rápido  
 1285 possível. Inclusive, eu acho que é uma das funções nossas aqui. Porque já vem  
 1286 tudo de uma maneira pronta, e simplesmente só chegar e analisar o que está  
 1287 aqui e não puder dar outra opinião, de maneira diferente... Então tentar mudar e  
 1288 melhorar. Então em relação à caução. E a inclusão. Seriam esses dois  
 1289 destaques.” Abimael Souza/Mineração Corcovado de Minas: “Eu vou só falar  
 1290 aqui sobre as questões que foram objeto de destaque. Quanto à deficiência dos  
 1291 trabalhos, destacada pela conselheira Adriana, do Cefet, já foram sanadas,  
 1292 conforme parecer da Supram Diamantina. Quanto ao destaque do conselheiro  
 1293 Lúcio, do Fonasc, com relação à análise da água, fica a decisão aos senhores.  
 1294 E com relação a caução ambiental, eu acho que a legislação deve ser mesmo  
 1295 apropriada e atualizada quanto a isso. Então não vou tecer os comentários.  
 1296 Caso os senhores queiram e tenham novos questionamentos, eu estou à  
 1297 disposição para esclarecimentos.” Gilmar dos Reis Martins/Supram  
 1298 Jequitinhonha: “Em relação à inclusão do parâmetro ‘coliformes termotolerantes’  
 1299 no monitoramento da qualidade da água, não vemos nenhum problema na  
 1300 inclusão desse parâmetro. Com relação às questões relacionadas a deficiência  
 1301 de estudos, a Supram Jequitinhonha entende que foram sanadas no processo  
 1302 de LP+LI.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Houve a  
 1303 concordância da inclusão do ‘termotolerantes’ no item efluente líquidos. Então  
 1304 eu já vou colocar em votação com essa alteração. Ok? Senhores conselheiros,  
 1305 por favor, manifestem-se com relação ao item 9.1, Mineração Corcovado,  
 1306 Processo Administrativo 12194/2012/005/2019.” Conselheiro Lúcio Guerra  
 1307 Júnior: “Se votar, por exemplo, contrário, vai votar, inclusive, contrário a...?”  
 1308 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu estou colocando em conjunto.  
 1309 Que fique registrado que o senhor é contrário ao empreendimento, mas  
 1310 favorável ao ‘termotolerante’.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Isso.”  
 1311 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Votos favoráveis ao  
 1312 empreendimento: Sedese, Codemig, Crea, Ibram, Sindixtra, ANM,  
 1313 Federaminas e Sede. Abstenção: Cefet. Ausência: Segov. Voto contrário:  
 1314 Fonasc. Entidade suspensa: Ibama.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Voto  
 1315 contrário por já ter me manifestado da mesma maneira na outra oportunidade da  
 1316 Licença Prévia e de Instalação e votando favorável à análise de água. Eu acho  
 1317 que tem que ter, indiscutivelmente, de fossa séptica ou de qualquer manancial,  
 1318 o parâmetro coliforme fecal.” **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**  
 1319 **EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1) Maury França**  
 1320 **Abreu Mineração Ltda. Lavra a céu aberto, rochas ornamentais e de**  
 1321 **revestimento; unidade de tratamento de minerais (UTM), com tratamento a**  
 1322 **úmido; pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento;**  
 1323 **estradas para transporte de minério/estéril externas aos limites de**  
 1324 **empreendimentos minerários. Curvelo/MG. PA 00075/2000/009/2015, ANM**  
 1325 **nº 812.322/1976. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso 3º,**  
 1326 **alínea b. Apresentação: Supram Central Metropolitana. Processo retirado de**

1327 pauta pela Presidência, por determinação do secretário executivo do COPAM.  
 1328 Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Qual a justificativa de se retirar de  
 1329 pauta?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Não me foi repassada, só foi  
 1330 solicitada. Segundo informações do pessoal da Central Metropolitana, eles iam  
 1331 rever o processo e, em virtude disso, seria retirado de pauta. É uma solicitação  
 1332 feita, salvo engano, pela Central Metropolitana ao secretário executivo, e, por  
 1333 determinação do secretário executivo do COPAM, eu estou retirando de pauta.”  
 1334 **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO A LICENÇA**  
 1335 **DE OPERAÇÃO. 11.1) Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração**  
 1336 **(CBMM). Barragem de contenção de rejeitos/resíduos. Araxá/MG. PA**  
 1337 **00033/1981/047/2010, ANM nº 006.746/1956 e 035.102/1946. Classe: 6.**  
 1338 **Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Anderson  
 1339 Mendonça Sena/ Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “Só uma correção  
 1340 nas condicionantes. No Anexo I, faltou a numeração 3, 4, 5 e 6 das  
 1341 condicionantes. E na condicionante 6, que trata da compensação pela  
 1342 supressão dos ipês amarelos, o nome científico ficou ‘Handroanthus  
 1343 impetiginosus’. Trocar por ‘Handroanthus serratifolius’, que é o ipê amarelo.”  
 1344 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Mais alguma correção?  
 1345 Agradeço.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “O destaque em relação a esse  
 1346 empreendimento é mais uma forma de entender em relação à extração do  
 1347 nióbio, da importância dele para o Brasil e para o mundo. Por exemplo, de que  
 1348 forma ele é exportado? Eu gostaria de ter esse esclarecimento. Porque o  
 1349 minério de ferro muitas vezes está indo in natura para ser utilizado lá fora e  
 1350 processado no exterior e poderia estar sendo mais utilizado aqui. E  
 1351 continuamos exportando matéria-prima e importando industrializado. Então eu  
 1352 queria ter, mais ou menos, uma explicação a respeito do nióbio, como que ele é  
 1353 exportado, se é dessa maneira bruta, qual é a industrialização que porventura  
 1354 tem em cima dele e que agrega mais emprego para o Brasil, mas dividendos, de  
 1355 certa forma, para o Brasil. E junto a isso também essa expansão envolvendo  
 1356 uma produtividade maior, que dizem que é pelo aumento do mercado do nióbio.  
 1357 É claro que a empresa está querendo ter um ganho maior. Mas a empresa é  
 1358 brasileira, ela está de olhos voltados para o Brasil ou só para o mercado  
 1359 internacional, pela Bolsa de Valores? Então só, se tiver como, essas  
 1360 explicações, não tanto quanto ao projeto em si, da intervenção ambiental nas  
 1361 árvores, mas o que está acontecendo em relação ao pedido para fazer essa  
 1362 intervenção ambiental, o mercado, isso tudo. Então uma explanação, se  
 1363 possível, do mercado de nióbio.” Anderson Mendonça Sena/ Supram Triângulo  
 1364 Mineiro e Alto Paranaíba: “Como está fugindo um pouco da área técnica, o  
 1365 Thiago, representante do empreendimento, eu acho que se encontra presente  
 1366 aí com vocês, e eu queria pedir o apoio dele para fazer essa explanação para  
 1367 vocês.” Thiago/CBMM: “Então explicando um pouquinho sobre o processamento  
 1368 do nióbio, que foi a questão do destaque, todo processamento mineral e  
 1369 metalúrgico do nióbio é feito no Brasil, feito em Araxá. A CBMM não vende

nenhum produto mineral para fora ou para qualquer outro lugar, nós só vendemos produto acabado com valor agregado. Todo valor agregado fica no Brasil, todos os empregos da transformação do nióbio ficam no Brasil, ficam em Araxá. Então respondendo a primeira pergunta, quanto à questão do minério, nós não temos nenhum tipo de exportação mineral, todos os produtos são produtos acabados que saem das fábricas de Araxá. Quanto à segunda pergunta, em relação à questão dos valores etc., toda a cadeia da CBMM é feita para que todos os impostos ou todo o valor fiquem no Brasil. Então o pagamento dos impostos é feito aqui no Brasil, a transferência de valor é feita em valor de mercado, não existe uma bolsa, o nióbio não é uma commodity, não tem valor futuro, ele tem um valor de mercado, negociado cliente a cliente, com valor médio negociado, para você evitar, inclusive, uma questão de dumping mundial. Então existe uma questão de mercado, o preço é dado por uma questão de oferta e procura e benefício no uso do material. Nós falamos muito de nióbio, mas os produtos não são nióbio, temos o ferro nióbio, os óxidos de nióbio, ligas especiais, nióbio metálico. Esses são os produtos realmente que saem daqui, que saem de Araxá, que saem de Minas Gerais e vão para o mundo todo.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Dentro disso, eu já estou aproveitando aqui a pessoa lá de dentro para ter um esclarecimento maior. Inclusive, fala-se na redenção do Brasil pelo nióbio. Eu estou aproveitando a oportunidade, fugindo um pouco da pauta, mas eu acho que, principalmente para mim, é de importância também saber isso. Uma vez que parece que a maior porcentagem da jazida está no Brasil, então quase que todo mundo teria que comprar isso do Brasil. Então esse preço de mercado internacional, se não tem tanto concorrente assim, como ele é dado? É claro que se colocar um preço também, não vai ter essa procura, vão procurar outros meios. Como isso é encarado pela empresa?” Thiago/CBMM: “Noventa por cento do uso do nióbio é feito no aço, e em 100% das aplicações do nióbio existem substitutos. Você substitui o nióbio por vanádio, você substitui o nióbio por molibdênio, por manganês nessas aplicações. Então é uma questão de custo-benefício. Se o custo começa a ficar muito alto, eles simplesmente vão tirar o nióbio e colocar outros elementos e vão ter o aço com a mesma qualidade na sua maior parte da aplicação, em 90% das aplicações. Por isso a questão do preço. Nós falamos qual é o benefício que ele traz. Só para se ter uma ideia, nós estamos falando de 200 g de nióbio em uma tonelada de aço. Só para ter uma ideia de quantidade. É muito pequeno em relação ao todo. Então respondendo, o primeiro ponto é esse. E o segundo é que, apesar de se falar que o nióbio é raro, existem mais de 80 formações no mundo inteiro de nióbio, a quantidade de nióbio na crosta terrestre é igual ao cobre. O que é raro no nióbio é o mercado. O nióbio só passou a ser utilizado a partir da criação da CBMM e dos nossos esforços de desenvolvimento do mercado. Todo o crescimento que temos são os frutos do desenvolvimento, os frutos dos trabalhos que temos feito no mundo inteiro em colocar esse elemento em diversos produtos. Então todo esse

1413 crescimento, todas as aplicações foram desenvolvidas por nós aqui como  
1414 parceiros no mundo inteiro. Então não existe colocar tudo em nióbio. Nós  
1415 poderíamos produzir até mais nióbio do que o que vendemos hoje, mas não tem  
1416 mercado. O grande limitador hoje do nióbio é o mercado, não tem para quem  
1417 vender, não tem como comprar. Vender tudo, colocar qualquer preço, não é  
1418 assim que funciona.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu acho que  
1419 nós podemos colocar em votação com aquelas alterações já referenciadas pela  
1420 equipe do Triângulo. Somente a numeração e a alteração do nome do ipê  
1421 amarelo, nome científico do ipê amarelo. Senhores conselheiros, eu coloco em  
1422 votação e já solicito à Supram Triângulo que remeta o parecer com as  
1423 alterações à Secretaria para ser disponibilizado no site. Em votação o item 11.1.  
1424 Votos favoráveis: Sedese, Codemig, Crea, Ibram, Sindiextra, Federaminas,  
1425 Cefet e Sede. Abstenção: Fonasc. Ausência: ANM e Segov. Entidade suspensa:  
1426 Ibama.” **12) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem  
1427 tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de  
1428 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

1430  
1431  
1432  
1433 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
1434 **Presidente suplente da Câmara de Atividades Minerárias**